



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

FGV PROJETOS

ECONOMIA & GESTÃO

CADERNOS FGV PROJETOS | ANO 1 | Nº 2 | DEZEMBRO 2006



Indicadores de Desenvolvimento Econômico e
Social do Estado do Rio de Janeiro
1997/2006

Publicação periódica do Núcleo de Economia da FGV Projetos.
Os artigos são de responsabilidade dos autores e não refletem, necessariamente,
a opinião da FGV.

FGV Projetos

Diretor Executivo: Cesar Cunha Campos

Diretor Técnico: Ricardo Simonsen

Diretor de Controle: Antonio Carlos Kfourir Aidar

Editor Chefe: Ricardo Simonsen

Editor Executivo: Fernando Naves Blumenschein

Produção Gráfica: Marcelo Alt

Fotos: Banco de Imagens



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

*Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico,
criada em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito
privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais,
particularmente Economia e Administração, bem como contribuir
para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.*

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro – RJ, CEP 22253-900 ou Caixa Postal
62.591 - CEP 22257-970, Tel.: (21) 2559-5729 , www.fgv.br

Primeiro Presidente Fundador: Luiz Simões Lopes

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-Presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcante
de Albuquerque e Sérgio Franklin Quintella

Conselho Diretor:

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-Presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcante
de Albuquerque e Sérgio Franklin Quintella

Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Ernane
Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Manoel Pio Correa Júnior,
Marcílio Marques Moreira e Roberto Paulo César de Andrade

Suplentes: Alfredo Américo de Souza Rangel, Antônio Monteiro de Castro Filho,
Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Baptista Vianna, Félix Debulhões, Jacob
Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, José Júnior de Almeida Senna e
Nestor Jost

Conselho Curador:

Presidente: Carlos Alberto Lenez César Protásio

Vice-Presidente: Pedro José da Matta Machado (Klabin Irmãos & Cia)

Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Carlos Alberto Vieira (Federação
Brasileira de Bancos), Carlos Moacir Gomes de Almeida, Domingos Bulos (White
Martins e Gases Industriais Ltda.), Edmundo Penna Barbosa, Eraldo Tinoco Melo
(Estado da Bahia), Heitor Chagas de Oliveira, Jorge Gerdau Johannpeter (Gerdau
S.A), Lázado de Mello Brandão (Banco Bradesco S.A), Luiz Appolonio Neto
(Instituto de Resseguros do Brasil – IRB), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda.),
Luiz Eduardo Alves de Assis (Banco CCF Brasil S.A), Luiz Tavares Pereira Filho
(Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Capitalização e de Resseguros
no Estado do Rio de Janeiro), Marcelo Serfaty, Márcio João de Andrade Forte,
Mauro Salles (Publicis Salles Norton), Nicandro Durante (Souza Cruz S.A), Sérgio
Ribeiro da Costa Werlang

Suplentes: Alzira Alves de Abreu, Gilberto Duarte Prado, João Pedro Gouveia
Vieira Filho (Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A), Luiz Roberto Nascimento Silva,
Marcelo José Basílio de Souza Marinho (Brascan Brasil Ltda.), Ney Coe de Oliveira,
Nilson Teixeira (Banco de Investimento Credit Suisse S.A), Patrick de Larragoiti
Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Paulo Mário Freire (Universal
Comércio e Empreendimentos Ltda.), Pedro Henrique Mariane Bittencourt (Banco
BBM S.A), Rui Barreto (Café Solúvel Brasília S.A), Titto Botelho Martins (KM
Mineração e Metalurgia S.A)

Conselho Consultivo: Cesar Cunha Campos, Daniel Dantas, Eliezer Baptista,
Estado de Minas Gerais, Fernando Perrone, Geraldo José Carbone, Luiz Fernando
da Silva Pinto e Roberto Gusmão.

ECONOMIA&GESTÃO

EDITORIAL	4
SUMÁRIO EXECUTIVO	5
1 - INTRODUÇÃO	7
2 - ECONOMIA	8
3 - INDÚSTRIA	11
4 - AGRICULTURA E PECUÁRIA	14
5 - SOCIAL	15
6 - EDUCAÇÃO	16
7 - SAÚDE	19
8 - HABITAÇÃO E INFRA-ESTRUTURA	20
9 - SANEAMENTO	22
10 - TRANSPORTE	23
11 - SEGURANÇA	25
12 - ASPECTOS INSTITUCIONAIS - JUDICIÁRIO	27
13 - INTERIOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	28
14 - OBSERVAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS	33
APÊNDICE	34

O Estado do Rio de Janeiro, nesses últimos 46 anos desde a mudança da capital federal para Brasília, viveu diferentes e importantes fases. A primeira – e de longe a de maior impacto – foi a que representou a perda do seu status político, acompanhada do descumprimento das compensações da União que deveriam minorar as consequências da mudança de alguns milhares de funcionários dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, das embaixadas e representações diplomáticas. A segunda – e de forte reflexo político e administrativo – ocorreu na década de 70 quando da fusão entre o Estado da Guanabara e o antigo Estado do Rio. A terceira, a partir do início dos anos 80, quando as descobertas de petróleo em águas profundas na denominada Bacia de Campos, tornaram o novo Estado do Rio de Janeiro o grande produtor de petróleo do Brasil e criaram-se condições de utilização do gás natural. Finalmente, a

última, nos anos 90, quando de um lado inicia-se a migração para outros estados de grande parte do sistema financeiro aqui instalado, incluindo as sedes de bancos comerciais e de investimento e da própria Bolsa de Valores, e de outro instala-se importante núcleo metal-mecânico no sul do Estado.

Esse conjunto de fatores, alguns positivos e outros negativos, tem ensejado debates nos meios empresariais e acadêmicos sobre a evolução da economia fluminense e suas perspectivas. A FGV Projetos – unidade responsável pela execução de serviços de consultoria da Fundação Getúlio Vargas, - sobretudo a partir da decisão de implantar em Itaboraí a nova refinaria petroquímica – tem sido procurada por investidores privados desejosos de conhecer as condições sócio-econômicas do Estado e dos seus municípios, visando melhor desenvolver os seus estudos de viabilidade e de localiza-

ção. O documento que ora se publica, é uma primeira tentativa de mapear os principais indicadores econômicos e sociais; em adição a este trabalho, procurará a FGV Projetos identificar as políticas públicas que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável do Estado. O trabalho, como apresentado, não identifica as relações causais que influenciaram para melhor ou para pior, os indicadores da década iniciada em 1997. Essas causas e as políticas públicas implementadas merecem aprofundamento e análise. Não obstante, há claros e evidentes sinais aqui apresentados através de indicadores captados em fontes oficiais de pesquisa, de que o Estado vem apresentando no campo econômico e no social performance significativamente positiva.

A FGV Projetos, dentro dos objetivos da Fundação Getúlio Vargas de contribuir para o desenvolvimento nacional, oferece este trabalho para análise e reflexão.

*Diretoria
FGV Projetos*

A Fundação Getúlio Vargas, dentro de sua missão de produzir e transmitir idéias, vem através deste trabalho levantar e analisar a performance relativa dos indicadores de desenvolvimento econômico e social do Estado do Rio de Janeiro no período 1997/2006. Para alcançar tal objetivo, serão comparadas as performances dos principais indicadores que refletem o desenvolvimento econômico e social, apurados para o Rio de Janeiro, os demais estados da federação e o Brasil.

Foram consideradas onze áreas nas quais aparecem os resultados de políticas públicas: Economia, Indústria, Agricultura e Pecuária, Social, Educação, Saúde, Habitação e Infra-estrutura, Saneamento, Transporte, Segurança e Aspectos Institucionais – Judiciário. Foi realizada também uma análise dos principais indicadores destas áreas para o interior do Estado do Rio de Janeiro e sua comparação com a Região Metropolitana do Rio.

Os dados utilizados e analisados para construir os indicadores, além de captarem a performance das diversas áreas, estavam disponibilizados em bases de dados oficiais certificadas (federal, estadual e municipal) e contemplaram, tanto quanto possível, o período de dez anos compreendido entre 1997 e 2006. Para deflacionar as variáveis expressas em valores monetários foi utilizado o IPCA (Índice de Preço ao Consumidor – Amplo) do IBGE.

A ênfase deste trabalho está na evolução dos indicadores cardinais de performance das principais políticas públicas (áreas). Não foram considerados os condicionantes ou os fatores causais que influenciaram a performance dos indicadores, assim como não foram analisadas as possíveis implicações para o bem-estar relativo das populações envolvidas.

Os indicadores de desenvolvimento econômico e social para o Estado do Rio

de Janeiro no período 1997/2006 apresentados neste trabalho permitem algumas considerações que podem balizar o debate sobre políticas públicas em nível regional, e mesmo nacional. Os indicadores de renda domiciliar mostraram que a renda média no Estado do Rio de Janeiro se manteve em um patamar relativamente estável e, em média, 35,0% superior à renda domiciliar nacional ao longo do período 1997/2006. Além disso, os níveis de desemprego observados no Rio de Janeiro foram, consistentemente, inferiores em cerca de 2,4 p.p. ao longo de todo o período. Os dados mostram, também, o Estado do Rio de Janeiro, a partir de 2002, como o segundo maior PIB *per capita*, atrás apenas do Distrito Federal.

O desempenho do setor industrial no Estado do Rio de Janeiro superou o desempenho médio da indústria no restante do Brasil. O valor da transformação industrial do Estado do Rio de Janeiro cresceu cerca de duas vezes mais do que a média nacional no período 1997/2005. Este desempenho industrial foi influenciado positivamente pelo crescimento dos setores naval, siderúrgico, automobilístico e petroquímico. Neste mesmo período, as exportações estaduais cresceram a uma taxa média duas vezes maior do que a das exportações brasileiras. Este desempenho das exportações foi devido não somente ao crescimento das exportações de petróleo bruto mas também de bens industrializados.

Na área social, as taxas de pobreza e de indigência encontradas no Estado do Rio de Janeiro, mostraram-se consistentemente inferiores às médias nacionais.

Os indicadores de segurança apresentados revelam resultados contraditórios. Enquanto os dados de números de ocorrências criminais indicam o Estado do Rio de Janeiro como um dos quatro mais violentos do país, a percepção da violência auferida pelos dados da Pesquisa de Orça-

mentos Familiares do IBGE configura a cidade do Rio de Janeiro entre as dez menos violentas capitais do Brasil.

Os indicadores na área de educação analisados, quais sejam, analfabetismo, escolaridade média da população, número de professores, entre outros, apontam para uma performance relativamente superior do Estado do Rio de Janeiro em relação ao Brasil. Em 2005, a escolaridade média da população do Estado do Rio de Janeiro foi a segunda maior do país, ficando aquém apenas do Distrito Federal.

Para a saúde, cabe destacar a expectativa de vida superior do fluminense em relação ao restante do país, assim como os índices de mortalidade infantil, consistentemente inferiores à média nacional durante todos os anos analisados.

A qualidade da habitação no que concerne ao tipo de construção também tem evoluído no Estado do Rio de Janeiro acima da média nacional. A cobertura para o acesso a energia elétrica, água tratada, telefone, coleta de esgoto, coleta de lixo e mesmo à Internet tem sido mais rápida no Estado do Rio de Janeiro do que no Brasil como um todo. Tem havido também uma evolução favorável dos modais de transporte urbano de qualidade na região metropolitana do Rio de Janeiro. Isto tem sido acompanhado de uma redução no tempo gasto da residência ao trabalho, fato que não foi verificado nas principais metrópoles brasileiras, à exceção de Belo Horizonte.

Devem ser destacadas, também, as mudanças institucionais, como importantes para o desenvolvimento econômico e social. Neste sentido, as melhorias institucionais que ocorreram no Judiciário tiveram impactos positivos sobre a performance da Justiça Estadual e do acesso aos serviços de defensoria pública pela população, notadamente aquelas camadas

da população que possuem renda insuficiente para cobrir os custos de acesso aos serviços judiciais.

Os indicadores de desenvolvimento econômico e social para o interior do Estado do Rio de Janeiro mostraram que

ocorreram avanços consideráveis, especialmente no crescimento da renda domiciliar e na participação no PIB do Estado como um todo. Ocorreram melhorias relativas consideravelmente mais expressivas no interior, vis-à-vis a região metropolitana, nos índices de

pobreza e de indigência, além de quedas bem mais acentuadas no analfabetismo. Neste sentido, indicadores sócio-econômicos para o interior do estado apontam para um processo vigoroso de interiorização do desenvolvimento no período 1997/2005.

O desenvolvimento econômico e social do Estado do Rio de Janeiro nos últimos dez anos tem sido objeto de intenso debate. Este debate tem levantado hipóteses de que a performance das políticas públicas, nas diversas áreas, tem se comportado de forma diferente daquela observada na maioria dos outros estados da federação, ou mesmo em relação à média nacional. Existem argumentos que suportam a superioridade das políticas públicas que foram implementadas no Estado do Rio de Janeiro, como também existem aqueles que advogam o declínio das condições de vida da população fluminense.

O presente relatório tem como objetivo levantar e analisar a performance relativa dos indicadores de desenvolvimento econômico e social do Estado do Rio de Janeiro no período 1997/2006. Para alcançar tal objetivo, serão comparadas as performances dos principais indicadores que refletem o desenvolvimento econômico e social, apurados para o Rio de Janeiro, os demais estados da federação e o Brasil.

As seguintes áreas foram consideradas:

- 1) Economia (renda, emprego e crescimento setorial);
- 2) Indústria (naval, petróleo, petroquímica e automobilística);

- 3) Agricultura e Pecuária;
- 4) Social (pobreza e indigência);
- 5) Educação;
- 6) Saúde;
- 7) Habitação e Infra-estrutura;
- 8) Saneamento;
- 9) Transporte;
- 10) Segurança;
- 11) Aspectos Institucionais - Judiciário;
- 12) Interior do Estado do Rio de Janeiro.

A escolha destas áreas foi feita com base em um conceito amplo de desenvolvimento, no qual as variáveis a serem analisadas refletem não somente o nível de renda dos indivíduos, mas também o acesso a serviços que influenciam a qualidade de vida das pessoas (ex: transporte), assim como o acesso a oportunidades tanto no presente (ex: emprego) como potencialmente no futuro (ex: educação e saúde).¹

A escolha das variáveis ou indicadores a serem utilizados e analisados em cada área levou em conta três condicionantes. Primeira, os dados que foram utilizados para construir as variáveis ou os indicadores estavam disponibilizados em bases de dados oficiais certificadas (federal, estadual e municipal). Segunda, os dados contemplaram, tanto quanto possível, o período de dez anos compreendido entre 1997 e 2006. Terceira, os dados procuraram refletir, de forma significativa, o desenvolvi-

mento ou performance das diversas áreas analisadas. Para deflacionar as variáveis expressas em valores monetários foi utilizado o IPCA (Índice de Preço ao Consumidor - Amplo) do IBGE.

A ênfase deste trabalho está na evolução dos indicadores cardinais de performance das principais políticas públicas (áreas) para o Estado do Rio de Janeiro, e na sua comparação com o Brasil. Este levantamento e esta análise são passos importantes para o balizamento do debate sobre o desenvolvimento regional e sobre a eficácia dos instrumentos utilizados para conduzir políticas públicas no Estado do Rio de Janeiro. Ademais, estes indicadores são importantes não somente para uma análise retrospectiva, mas, também, para a formulação de metas e diretrizes do planejamento de políticas públicas para o futuro.

Neste trabalho, não foi dada ênfase aos condicionantes ou aos fatores causais que influenciaram a performance dos indicadores. Ademais, não foram analisadas as possíveis implicações que os diferentes desempenhos dos indicadores pudessem ter para o bem-estar relativo das populações envolvidas. A questão da causalidade e dos desdobramentos de bem-estar, pelas complexidades e particularidades inerentes a cada área de políticas públicas envolvidas, deve ser objeto de estudos específicos.

¹ Esta abordagem de desenvolvimento toma como referência o conceito de desenvolvimento elaborado por Amartya Sen em *Development as Freedom*, Ed. Alfred A. Knopf, 1999.

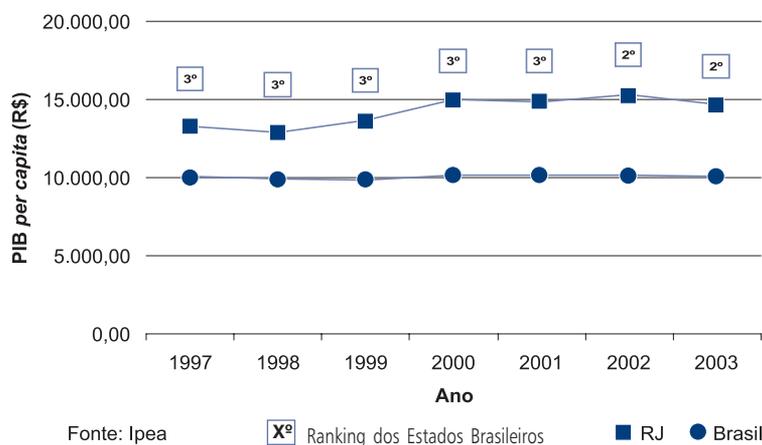
Para avaliar o desenvolvimento da economia fluminense, observou-se o comportamento das seguintes variáveis:

**RENDA
EMPREGO
EXPORTAÇÕES
TURISMO**

RENDA

Em 1997, o PIB brasileiro¹ era de R\$ 10.080,00 *per capita*, ante R\$ 13.277,00 *per capita* no Estado do Rio de Janeiro (Quadro 2.1). No período 1997/2003 o PIB *per capita* brasileiro se manteve praticamente inalterado (cerca de R\$ 10 mil), enquanto que o do Estado do Rio de Janeiro obteve crescimento significativo nos anos de 1998 a 2000, elevando-se para R\$ 14.700,00 em 2003. Com este crescimento de 10,7%² no período 1997/2003, o Estado do Rio de Janeiro ultrapassou São Paulo em 2002 e se tornou o segundo maior PIB *per capita* do País, atrás apenas do Distrito Federal.

Quadro 2.1 – PIB real *per capita*. RJ e BR – 1997/2003

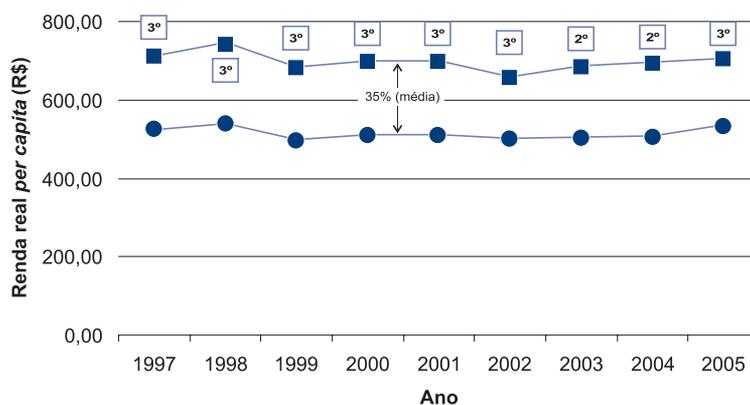


¹ Valores em R\$ de 2005. Séries históricas fornecidas pelo IPEA já em valores reais. As demais séries históricas referentes a valores monetários estão em R\$ de 2005 e foram deflacionadas pelo IPCA médio anual.

De acordo com dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios), do IBGE, a renda mensal real média do fluminense oscilou entre R\$ 660,00 e R\$ 746,00 desde 1997, enquanto a renda no Brasil se manteve entre R\$ 498,00 e R\$ 542,00 (Quadro 2.2). Nota-se que a

renda fluminense manteve-se cerca de 35% maior do que a média nacional. De fato, o Estado do Rio de Janeiro figurou logo atrás do de São Paulo como a terceira maior renda domiciliar do País, tendo inclusive ocupado a segunda posição nos anos de 2003 e 2004.

Quadro 2.2 – Renda Mensal Real Domiciliar. Média por Residente. RJ e BR – 1997/2005



Fonte: PNAD/IBGE

Xº Ranking dos Estados Brasileiros

■ RJ ● Brasil

EMPREGO

A performance superior do Estado do Rio de Janeiro também se verifica com relação ao emprego³ (Quadro 2.3). Pela PME (Pesquisa Mensal de Emprego), antiga (até 2001), do IBGE, o índice de desemprego nacional se manteve, em média, 2,2p.p. acima daquele aferido para o Estado do Rio de Janeiro, com variações anuais praticamente idênticas. O mesmo se pode afirmar pelos dados da PME nova, de acordo com a qual o índice de desemprego no Estado do Rio de Janeiro está, em média, 2,6p.p. abaixo do índice nacional. Em 2002, ano de início da nova PME, o desemprego médio foi de 10,0% no Estado do Rio de

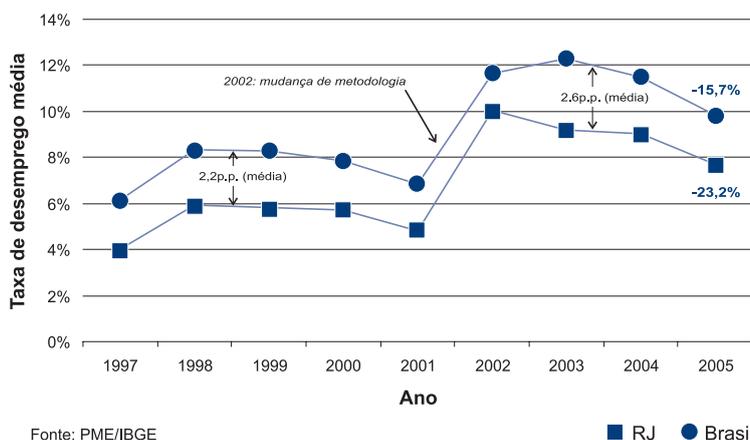
² Note-se que, por questão de brevidade, os valores absolutos aqui relatados tiveram redução no número de dígitos decimais significativos, enquanto que os percentuais relatados foram calculados com base nos

valores absolutos sem aproximação.

³ Apesar da PME ter sofrido uma descontinuidade em 2002, devido a mudanças metodológicas, esta pesquisa é utilizada como referência para o desemprego.

Janeiro e 11,7% no Brasil. Em 2005, estes valores alcançaram, respectivamente, 7,7% e 9,8%, o que corresponde a reduções percentuais de 15,7% nacionalmente e 23,2% na esfera estadual, no período 2002/2005. Este último dado corresponde a 305 mil empregos criados no Estado do Rio de Janeiro no período 2002/2005.¹

Quadro 2.3 - Taxa de Desemprego (%). RJ e BR - 1997/2005

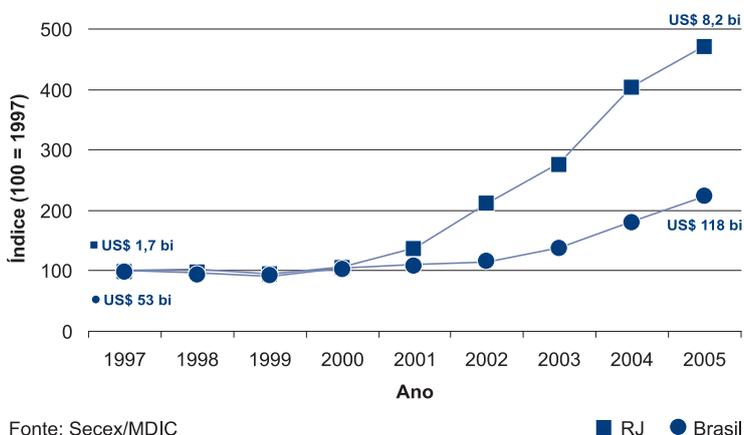


EXPORTAÇÕES

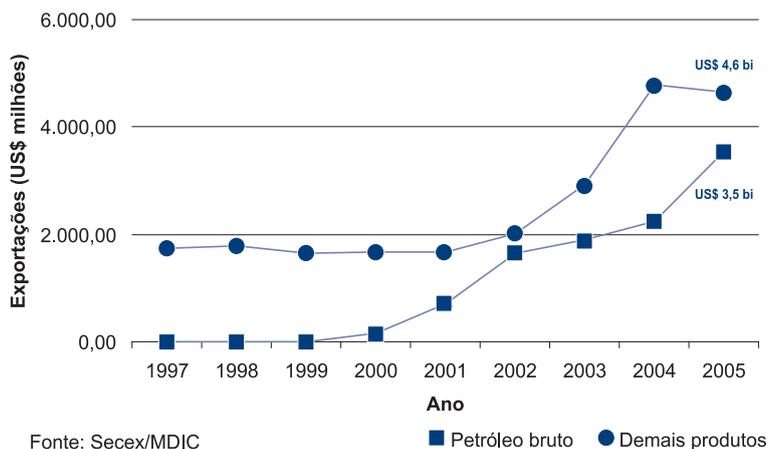
As exportações do Estado do Rio de Janeiro praticamente quintuplicaram no período 1997/2005, passando de US\$ 1,7 bilhão para US\$ 8,2 bilhões em 2005, com um crescimento de 372,3% concentrado nos anos de 2000 até 2005 (Quadro 2.4). Este desempenho foi significativamente superior ao das exportações do Brasil como um todo, que cresceram de US\$ 53 bilhões para US\$ 118 bilhões, no mesmo período, o que corresponde a um crescimento de 123,3%.

O Estado do Rio de Janeiro passou a exportar petróleo bruto em quantidade significativa a partir de 2000 e este, rapidamente, se tornou o principal produto exportado, respondendo hoje por um montante de US\$ 3,5 bilhões, ou 43,2% das exportações fluminenses² (Quadro 2.5). As demais categorias de exportações cresceram 183% no período 1997/2005, alcançando US\$ 4,6 bilhões em 2005 ante US\$ 1,7 bilhão de 1997.

Quadro 2.4 - Exportações Totais. RJ e BR - 1997/2005



Quadro 2.5 - Exportações do Estado do Rio de Janeiro. Petróleo Bruto e Demais Produtos - 1997/2005

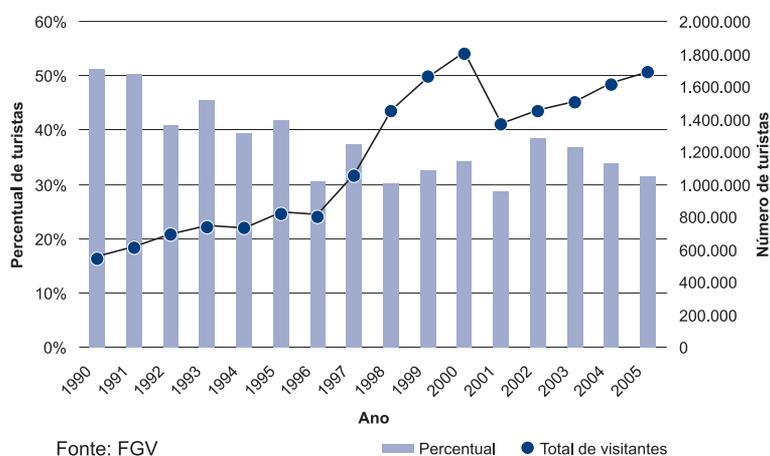


¹ Os valores de desemprego anual relatados aqui correspondem às médias do desemprego aferido mensalmente, não tendo sido descontados os efeitos sazonais.

² Estes valores não incluem produtos refinados do petróleo, que figuram imediatamente abaixo do óleo bruto como principal item de exportação. Quando se adicionam estas classes de produtos, o petróleo responde por 61% das exportações fluminense.

Em relação ao setor turístico, destaca-se o grande crescimento do fluxo de visitantes internacionais ao município do Rio de Janeiro, movimento iniciado em 1996-1997 e que atingiu seu pico em 2000 (Quadro 2.6). No período 1996/2000 o número anual de turistas cresceu 122,9% (de 813 mil para 1,8 milhão). Nota-se também que, apesar do município do Rio continuar sendo o principal destino turístico do País, o percentual de visitantes internacionais que escolhem a cidade está hoje em 31,5%, patamar inferior ao que se verificava no início da década de 90, de mais de 50%. Além da capital, o Estado do Rio de Janeiro conta ainda com dois outros destinos turísticos importantes, quais sejam, Búzios e Parati. Búzios foi a nona cidade mais visitada do Brasil em 2005, com participação de 5,4% do total de turistas no Brasil, enquanto Parati foi a décima quarta cidade mais visitada do Brasil em 2005, com 2,2%.¹

**Quadro 2.6 - Turistas e Participação no Total Nacional.
Cidade do Rio de Janeiro - 1990/2005**



Fonte: FGV

¹ Ressalte-se que estes percentuais não são cumulativos, pois o mesmo indivíduo pode visitar mais de uma cidade.

Nesta seção foram analisados os seguintes indicadores:

PRODUÇÃO INDUSTRIAL
INDÚSTRIA NAVAL
INDÚSTRIA PETROLÍFERA
INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA

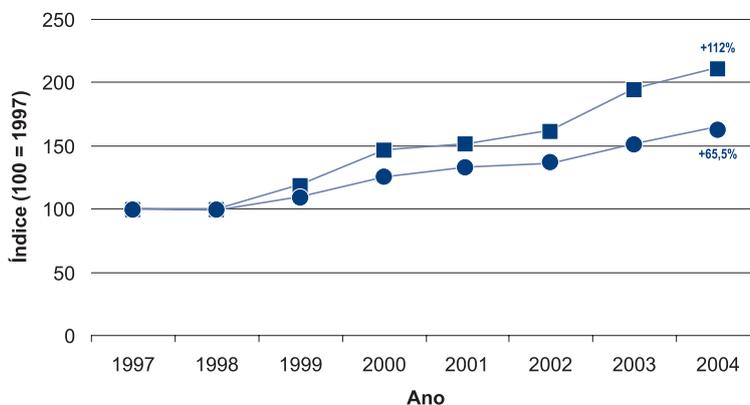
PRODUÇÃO INDUSTRIAL

Os anos do período 1997/2004 viram um forte crescimento na indústria fluminense, significativamente superior à média nacional (Quadro 3.1). O valor da transformação industrial total¹, tanto no Rio quanto no Brasil, teve dois momentos significativos de expansão, de 1998 a 2000 e de 2002 a 2004. Em ambos os períodos, o Estado do Rio de Janeiro registrou crescimento significativamente maior que a média nacional. De 1998 a 2000 o crescimento no índice do valor da transformação industrial foi de 46 p.p.², enquanto que no período 2002/2004 foi de 50 p.p. Cumulativamente, no período de 1997 a 2004, observou-se crescimento de 112,0% no Rio, contra 65,5% na média nacional.

No que se refere ao valor bruto da produção total, a evolução observada é similar. No período 1997/2004, o Estado do Rio de Janeiro registrou crescimento de 94,5% do valor bruto de sua produção, enquanto que o crescimento total verificado no valor da produção industrial brasileira foi de 79,4% (Quadro 3.2).

Há de se ressaltar que este crescimento da indústria foi, em boa parte, devido ao crescimento da indústria extrativa no Estado do Rio de Janeiro, cujo valor da transformação cresceu 506,1% no período 1997/2004, enquanto que o crescimento do valor da transformação da indústria extrativa brasileira de forma agregada foi de 269,6% (Quadro 3.3). Este processo de crescimento elevou a participação do Estado do Rio na produção extrativa de 23,9% em 1997

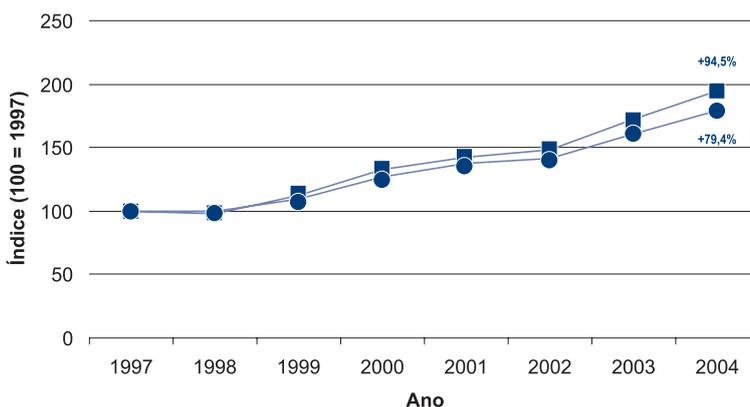
Quadro 3.1 - Valor da Transformação Industrial Total. RJ e BR - 1997/2004



Fonte: PIA/IBGE

■ RJ ● Brasil

Quadro 3.2 - Valor Bruto da Produção Industrial Total. RJ e BR - 1997/2004



Fonte: PIA/IBGE

■ RJ ● Brasil

para 39,2% em 2004. Por outro lado, quando se consideram apenas as indústrias de transformação, o crescimento no valor da transformação industrial registrado no Estado do Rio de Janeiro é de 68,7%. Esta performance foi melhor do que a registrada para o total da indústria brasileira, e superior ao crescimento de 58,4% do valor da transformação industrial nacional da indústria de transformação.

O crescimento da indústria fluminense no período 1997/2005 foi acompanhado por desenvolvimento significativo na geração de energia elétrica. Juntamente à ligeira queda da demanda por eletricidade, este desenvolvimento se traduziu numa substancial redução no déficit de energia elétrica no Estado do Rio de Janeiro. Enquanto, em 1997, este déficit era de 26,4 mil gigawatts-hora, em 2005 foi de 3,5 mil gigawatts-

¹ Definido pelo IBGE como o valor bruto da produção, descontados os custos das operações industriais. Este indicador foi escolhido por refletir melhor a contribuição da atividade industrial para o produto.

² A notação "p.p." significa "pontos percentuais".

hora. Isto representa uma redução de 86,7% na dependência do Estado do Rio de Janeiro por importação de energia elétrica de outros estados.¹ Devem ser mencionados três setores da indústria em que o Estado do Rio de Janeiro tem se destacado, quais sejam, o naval, o petrolífero e o automobilístico.

INDÚSTRIA NAVAL

Na indústria naval, ocorreu um aumento real no valor da produção de 1.105,6% no período 1998/2004, acompanhado pela criação de 13.345 empregos diretos, o que corresponde a um crescimento de 558% (Quadro 3.4). No período 1999/2006 foram reabertos ou revitalizados vinte estaleiros em todo o Estado do Rio de Janeiro.²

INDÚSTRIA PETROLÍFERA

No caso da indústria petrolífera, a produção se elevou de 34,7 milhões de metros cúbicos de petróleo³ em 1997 para 79,8 milhões de m³ em 2005 (Quadro 3.5). Isto representou um crescimento de 130,2%. No resto do País, a produção petrolífera ficou oscilando, com pequenas alterações, em cerca de 15 milhões de m³. Este avanço consolidou a posição fluminense de maior produtor do País, cuja participação foi de 84,1% na produção nacional em 2005. Dados parciais de 2006 indicam que esta participação deve crescer novamente neste ano.

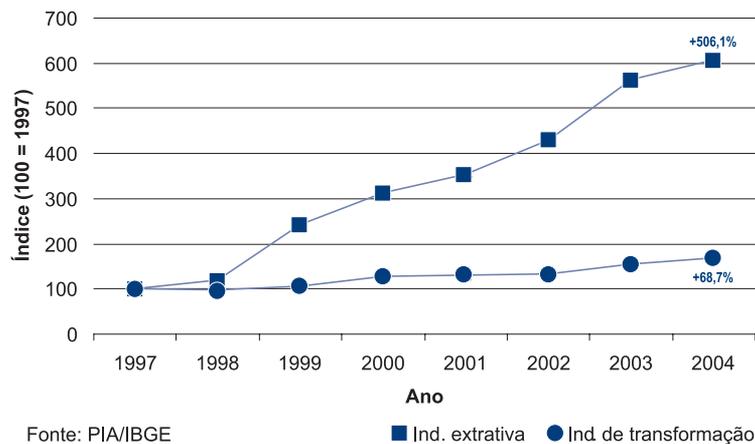
Deve ser acrescentado, também, o desempenho da indústria gás-química, mais precisamente o do Pólo Gás-Químico em Duque de Caxias. Foram instaladas cerca de vinte e nove indústrias na Baixada Fluminense e na Região Serrana, para o aproveitamento da matéria-prima produzida pelo Pólo.

¹ Fonte: EPE (Empresa de Pesquisa Energética).

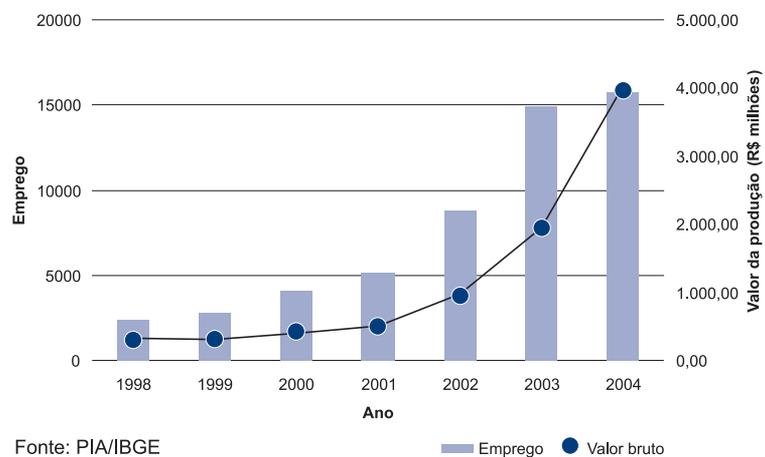
² Parte deste crescimento está relacionada com uma política de incentivo fiscal a reparos navais e à construção de navios, implementada no Estado do Rio de Janeiro.

³ Não incluindo líquido de gás natural (LGN).

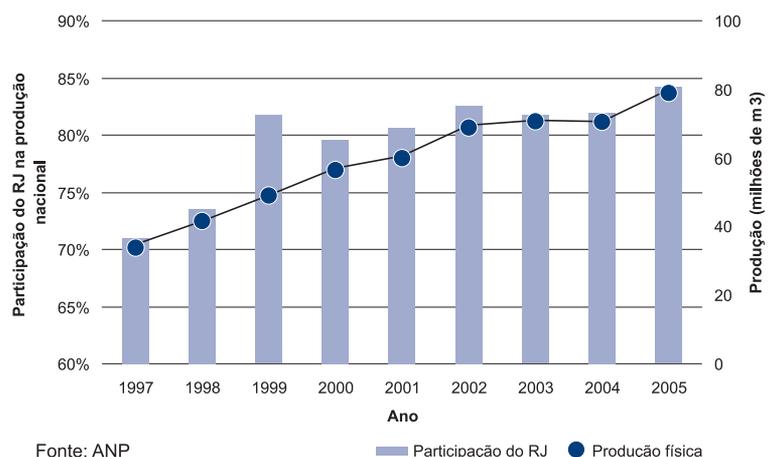
Quadro 3.3 - Valor da Transformação Industrial. Estado do Rio de Janeiro - 1997/2004



Quadro 3.4 - Indústria Naval do Estado do Rio de Janeiro. Emprego e Valor da Produção. 1998/2004

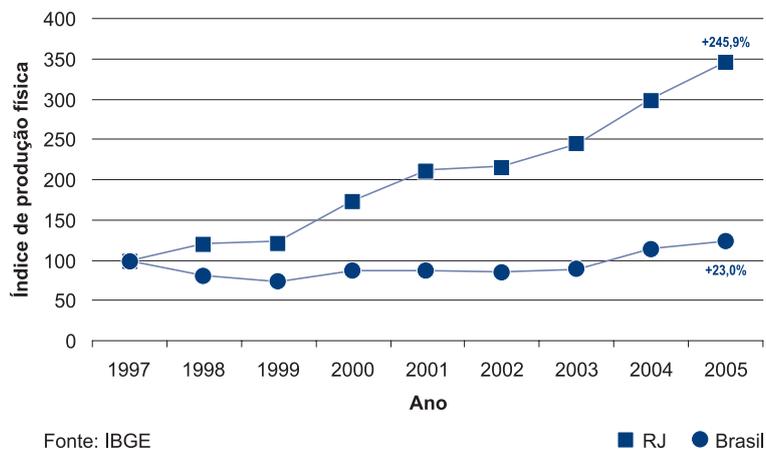


Quadro 3.5 - Indústria Petrolífera no Estado do Rio de Janeiro. Produção Física e Participação do RJ na Produção Nacional. 1997/2005



Finalmente, a indústria automobilística fluminense registrou crescimento consistente nos anos de 1997 a 2005 (Quadro 3.6). O índice de produção física no setor, medido pelo IBGE, alcançou média de 350,0 em 2005, o que corresponde a um crescimento de 245,9%. No mesmo período, o índice nacional enfrentou declínio até 1999 e, posteriormente, estagnação até 2003. Somente em 2004 e em 2005 foram verificados crescimentos significativos, o que resultou num crescimento acumulado de apenas 23,0% na produção automobilística nacional desde 1997. O crescimento da indústria automobilística no Estado do Rio de Janeiro coincide com a instalação de unidades das empresas Volkswagen e Peugeot-Citroën.

**Quadro 3.6 - Indústria Automobilística.
Índice de Produção Física. RJ e BR - 1997/2005.**



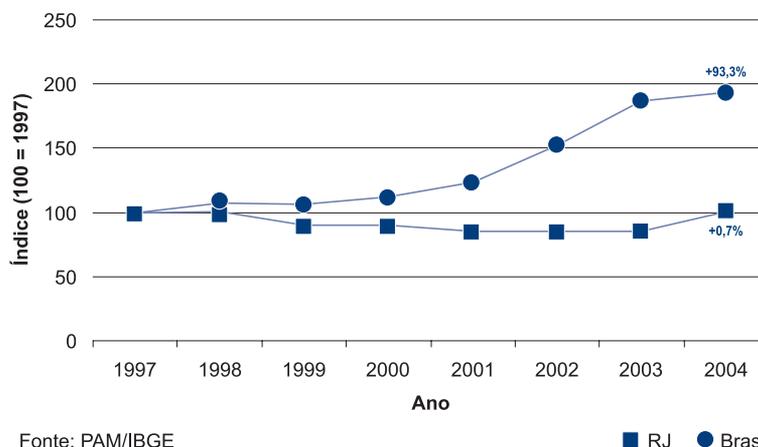
Para analisar o desenvolvimento do setor agropecuário no Estado do Rio de Janeiro, observou-se o comportamento da variável:

PRODUÇÃO AGRÍCOLA

O valor real da produção agrícola no Estado do Rio de Janeiro, que em 1997 foi de R\$ 750 milhões, apresentou um crescimento cumulativo de apenas 0,7% no período 1997/2004 (Quadro 4.1). Comparativamente, neste mesmo período, a produção agrícola brasileira cresceu 93,3% em valor (de R\$ 60,8 bilhões para R\$ 117,6 bilhões), num movimento concentrado principalmente entre 2000 e 2003. Na extração e na silvicultura, o crescimento cumulativo do Estado do Rio de Janeiro no período 1997/2004 foi de 55,7%, praticamente igual ao total nacional, de 55,5%.

Dados do CIDE (Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro)

**Quadro 4.1 - Valor da Produção Agrícola.
RJ e BR - 1997/2004**



Fonte: PAM/IBGE

para o Estado do Rio de Janeiro indicam que o valor da produção total do setor agropecuário cresceu 47,9% no período 1997/2004 (de R\$ 1,2 bilhão para R\$ 1,8 bilhão). Parte deste aumento parece estar

relacionada com o desempenho favorável da pecuária leiteira em algumas regiões do Estado. Deve ser ressaltado que o setor agropecuário representa menos de 1% do PIB do Estado do Rio de Janeiro.

Nesta seção foram considerados os seguintes parâmetros:

POBREZA INDIGÊNCIA

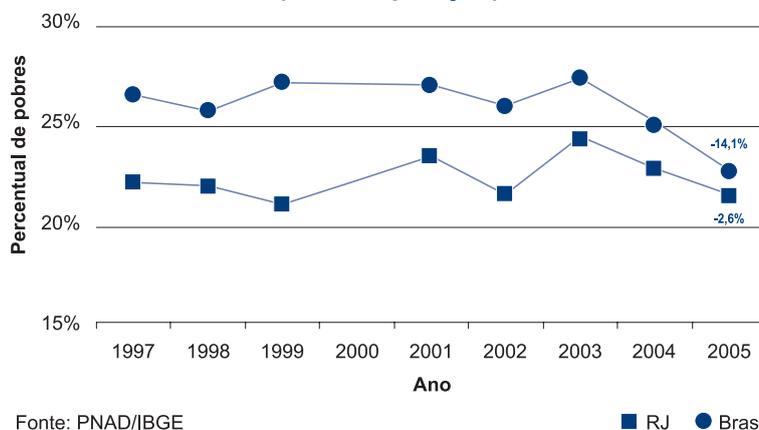
POBREZA

Em 1997, os pobres¹ compunham 22,2% da população total do Estado do Rio de Janeiro, ao passo que, na média brasileira, eles representavam 26,6% da população total (Quadro 5.1). De 1997 a 2003, a situação da pobreza no Brasil foi de estabilidade, com pequenas variações dentro da faixa dos 25 a 28%. No Estado do Rio de Janeiro, ocorreu uma tendência de aumento no índice (correlacionada com os movimentos da média nacional), que alcançou 24,5% em 2003. Isto corresponde a um aumento de 2 p.p., o que ainda manteve o nível de pobreza no Rio quase 3 p.p. abaixo da média nacional no mesmo ano. Finalmente, em 2004 e 2005 registrou-se uma queda acentuada tanto no Brasil como no Estado do Rio de Janeiro. No Brasil, esta queda foi de cerca de 5 p.p., o que levou o índice de pobreza nacional a seu menor valor desde 1997 (22,8%). No Estado do Rio de Janeiro a queda foi menos acentuada, alcançando 3 p.p., o que corresponde a um índice de pobreza de 21,6% (cerca de 358 mil pessoas saíram da pobreza nos anos de 2004 e 2005). Verifica-se que a redução acumulada do percentual de pobres no período considerado foi de 14,1% no Brasil, e de 2,6% no Rio de Janeiro. Os demais estados da Região Sudeste encontram-se, aproximadamente, nos mesmos patamares do Estado do Rio de Janeiro, significativamente inferiores à média nacional. O índice de pobreza em Minas Gerais no período 1997/2005 se deslocou de 20,7% para 16,9% (queda de 18,6%), no Espírito Santo, de 19,8% para 15,1% (queda de 23,7%) e, em São Paulo, de 20,7% para 19,8% (queda de 4,6%).

¹ De acordo com a linha de pobreza definida em Rocha (1997).

² Definidos pelo critério também apresentado em Rocha (1997).

Quadro 5.1 - Pobreza (% da População). RJ e BR - 1997/2005

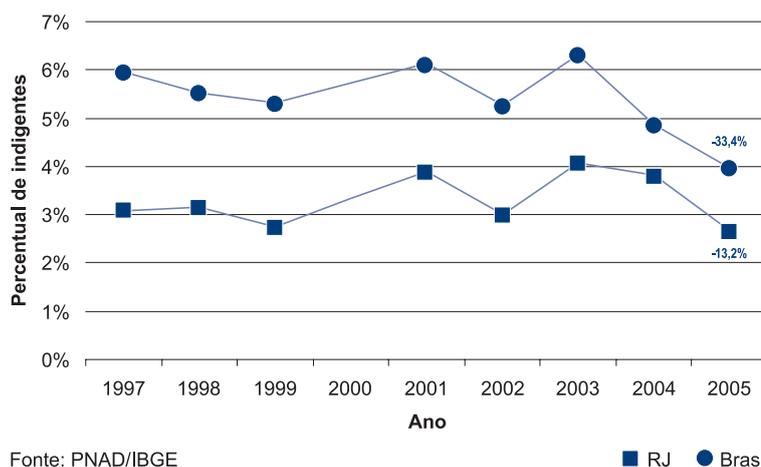


INDIGÊNCIA

Os indicadores de indigência² apresentam comportamento semelhante ao dos indicadores de pobreza (Quadro 5.2). No ano de 1997, o percentual de indigentes era de 6% no Brasil e de 3,1% no Estado do Rio de Janeiro. No Brasil, esse patamar não se alterou significativamente ao longo dos sete anos seguintes, enquanto que no Estado do Rio de Janeiro verificou-se novamente tendência de alta, com o índice alcançando 4,1% em 2003. Esta elevação se reverteu ao longo de 2004 e 2005, com uma queda percentual de 34,1%, acompanhando a redução nacional de 36,5% no mesmo período. Em 2005, o percentual de indigentes

era de 2,7% no Estado do Rio de Janeiro e de 4,0% na média nacional, o que configura reduções cumulativas de 13,2% e 33,4%, respectivamente, no período analisado. Vale notar que, até 2003, o Estado do Rio de Janeiro era o estado da Região Sudeste com os mais baixos níveis de indigência, em média 1,2 p.p. abaixo do Espírito Santo e 1,0 p.p. abaixo de Minas Gerais. No biênio 2004-2005, verificaram-se quedas acentuadas na indigência em todo o Sudeste. Em Minas Gerais a queda foi de 46,8% (de 4,4% para 2,3%), no Espírito Santo de 37,7% (de 4,6% para 2,9%) e em São Paulo de 41,7% (de 4,3% para 2,5%).

Quadro 5.2 - Indigência (% da População). RJ e BR - 1997/2005



Para mensurar o desenvolvimento da educação fluminense, observaram-se as seguintes variáveis:

ANALFABETISMO
ESCOLARIDADE
ENSINO BÁSICO
ENSINO MÉDIO
ENSINO SUPERIOR

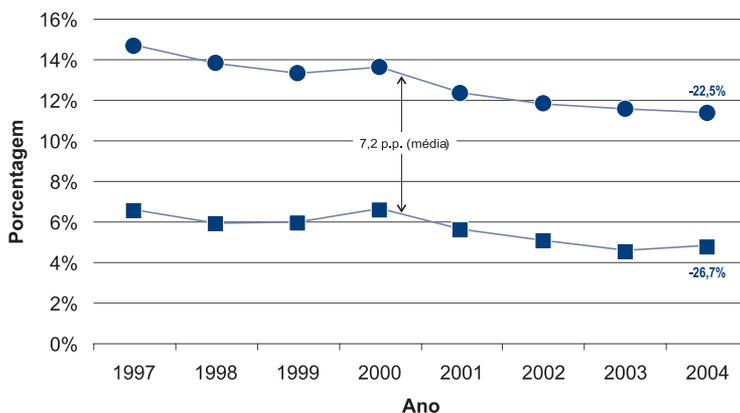
ANALFABETISMO

Em 1997, 14,7% dos brasileiros com 15 anos de idade ou mais eram analfabetos, o que corresponde a aproximadamente 23,5 milhões de indivíduos. Já no Estado do Rio de Janeiro, esta porcentagem era de 6,6%, ou aproximadamente 893 mil indivíduos (Quadro 6.1). Nos sete anos seguintes, houve progressos incrementais no sentido de reduzir o analfabetismo tanto no Estado do Rio de Janeiro como em todo o Brasil. No entanto, o indicador fluminense manteve-se a uma distância praticamente constante, a uma mé-

dia de 7,2 p.p. abaixo do nacional. Em 2004 a taxa de analfabetismo no Brasil era de 11,4%, ante 4,8% no Estado do Rio de Janeiro. Estes percentuais correspondem a 20,7 milhões de brasileiros analfabetos, 734 mil dos quais no Estado do Rio de Janeiro. Em termos percentuais, as reduções cumulativas verificadas na taxa de analfabe-

tismo foram de 26,7% no Estado do Rio de Janeiro e 22,5% no Brasil. O número de indivíduos analfabetos decresceu 17,8% no Estado do Rio de Janeiro, ante 11,9% no Brasil. Em 2004, o Estado do Rio de Janeiro tinha a terceira menor taxa de analfabetismo do Brasil, superior apenas às do Distrito Federal e de Santa Catarina.

Quadro 6.1 - Taxa de Analfabetismo. RJ e BR - 1997/2004



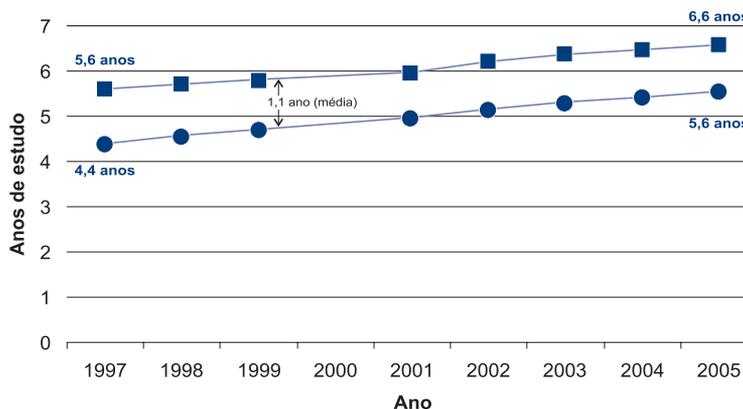
Fonte: DATASUS/dados da PNAD

■ RJ ● Brasil

ESCOLARIDADE

O progresso no que se refere à evolução da escolaridade média¹ foi similar à evolução do analfabetismo. Em 1997, a escolaridade média registrada foi de 5,6 anos de estudo no Estado do Rio de Janeiro, ante 4,4 anos no Brasil (Quadro 6.2). Em 2005, estes valores haviam crescido para 6,6 anos de estudo no Estado do Rio de Janeiro e 5,6 anos no Brasil. Estes números mostram que a escolaridade média evoluiu de maneira similar no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil. Entretanto, ao longo do período 1997/2005, a média de escolaridade dos fluminenses foi cerca de 1,1 ano maior do que a média nacional. Em 2005, o Estado do Rio de Janeiro tinha a segunda maior escolaridade média da Federação, atrás apenas do Distrito Federal.

Quadro 6.2 - Escolaridade Média (Anos de Estudo da População Total). RJ e BR - 1997/2005



Fonte: PNAD/IBGE

■ RJ ● Brasil

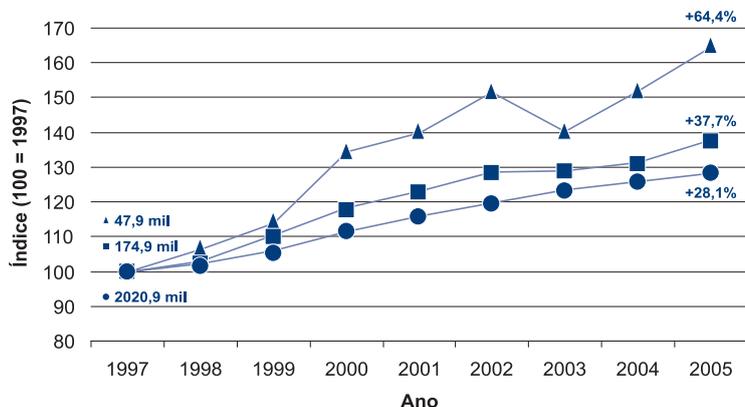
¹ Variável calculada para a população total sem restrições de idade, de modo a permitir uma avaliação das políticas educacionais em todas as faixas etárias.

Em 1997, havia no Estado do Rio de Janeiro um total de 3,6 milhões de matrículas e 174,9 mil professores no ensino básico¹, resultando em uma proporção de 20,4 alunos por professor, enquanto que o total brasileiro era de 49,9 milhões de alunos e pouco mais de 2 milhões de docentes, perfazendo 24,7 alunos por professor (Quadro 6.3). A tendência geral nos oito anos que se seguiram foi de aumento regular tanto no número de matrículas como no de professores, com a taxa de crescimento no Estado do Rio de Janeiro mantendo-se superior. Tanto para o Estado do Rio de Janeiro como para o Brasil, o aumento no número de docentes foi regularmente maior do que o crescimento das matrículas, levando a reduções da proporção de alunos por professor. Em 2005, os números foram de 4,3 milhões de matrículas e 240,9 mil professores no Estado do Rio de Janeiro, de um total de 56,5 milhões de alunos e 2,6 milhões de docentes no Brasil. Isto corresponde a 18,0

alunos por professor no Estado do Rio de Janeiro contra uma média nacional de 21,8. Vale ressaltar, nesses resultados, a participação significativa da rede pública estadual de ensino, que em 1997 contava

com 1,1 milhão de alunos e 47,9 mil professores, e em 2005 alcançou 1,5 milhão de matrículas e 78,7 mil professores, o que corresponde, respectivamente, a crescimentos de 31,6% e 64,4%.

Quadro 6.3 - Número de Professores do Ensino Básico. RJ, BR e Rede Pública Estadual do RJ - 1997/2005



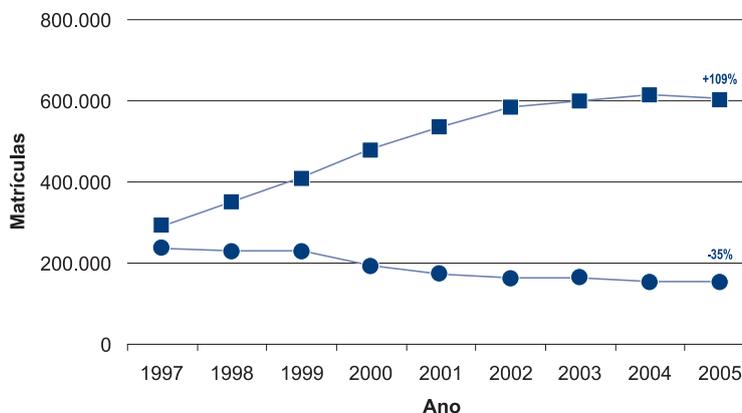
Fonte: Inep/MEC

■ RJ ● Brasil ▲ RJ - rede pública estadual

ENSINO MÉDIO

Destacando o ensino médio, a rede pública estadual contava, em 1997, com 290 mil matrículas e 19,4 mil professores, enquanto que nas demais categorias administrativas somadas havia 235 mil matrículas e 20,9 mil professores (Quadro 6.4). Nos anos seguintes, a rede estadual expandiu acentuadamente tanto o número de alunos como o de docentes, chegando em 2005 com 606 mil matrículas (crescimento de 109%) e 39,9 mil professores (crescimento de 106%). As demais categorias administrativas reduziram o número de matrículas e de professores, tendo em 2005 um total de 153,8 mil alunos (redução de 35%) e 17,3 mil docentes (redução de 17%).

Quadro 6.4 - Número de Matrículas no Ensino Médio. Estado do Rio de Janeiro - 1997/2005



Fonte: Inep/MEC

■ Estadual ● Outros (federal, municipal e privado)

¹ Incluindo: creche, pré-escola, classe de alfabetização, ensino fundamental, ensino médio, educação especial e educação de jovens e adultos.

No âmbito do ensino superior, a análise é dificultada pela ausência de informações consolidadas para o Brasil anteriores a 2000/2001. De 2000 a 2004 o total de matrículas no Brasil aumentou 54,5%, passando de 2,7 milhões para 4,2 milhões de matrículas. No mesmo período o aumento no Estado do Rio de Janeiro foi de 50,1%, passando de 296 mil para 444 mil matrículas. Em relação ao número de docentes, o crescimento no período 2001/2004 foi, no Brasil, de 33,3% (de 219,9 mil para 293,2 mil professores) e, no Estado do Rio de Janeiro, de 23,0% (de 27,6 mil para 34,0 mil professores).

Considerando as diferentes categorias administrativas do ensino superior no Estado do Rio de Janeiro, observa-se que o número de professores do ensino superior público não-estadual¹ se manteve estagnado de 1997 a 2004 (cerca de 7400 professores), enquanto que o número de matrículas cresceu 6,5% (de 58,8 mil para 62,6 mil alunos) (Quadro 6.5). No ensino privado, o número de docentes cresceu 93,8% no mesmo período, (de 12,2 mil para 23,7 mil professores), mas o aumento na quantidade de matrículas foi de 142,3% (de 148,8 mil para 360,7 mil). Na rede estadual de ensino superior, o número de matrículas manteve-se praticamente estável na faixa de 21 mil alunos, enquanto que o número de docentes cresceu 52,7% (de 1,9 mil para 2,9 mil profes-

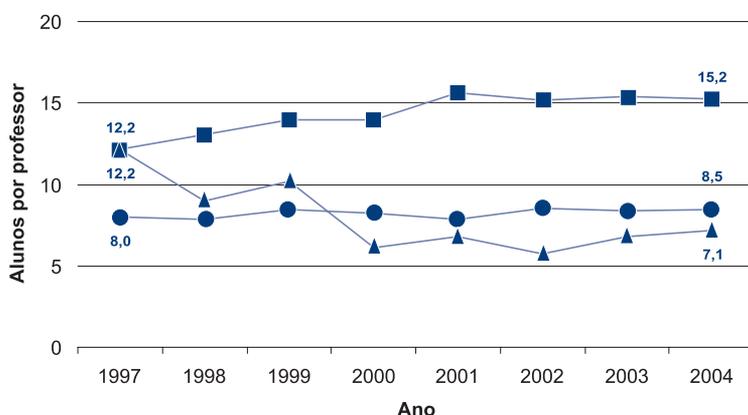
res). Como resultado, a proporção alunos/professor na rede estadual diminuiu de 12,2 para 7,1 nestes oito anos, enquanto na rede privada cresceu de 12,2 para 15,2, e, no ensino superior público não-estadual, de 8,0 para 8,5.

Note-se que estes dados do ensino superior, provenientes do sistema EDUDATA, não incluem institutos de ensino superior da FAETEC (Fundação de Apoio à Escola Técnica). Levando em consideração o ensino médio e o ensino superior, a FAETEC contabilizou 394.163 matrículas em 2005, ante 62.470 matrículas em 1999. Isto re-

presentou um crescimento de 531% nas matrículas da educação profissionalizante do Estado do Rio de Janeiro².

Os dados acima também não contemplam o desenvolvimento do ensino à distância no Estado do Rio de Janeiro. Destaca-se neste âmbito o Cederj (Centro de Educação Superior à Distância do Estado do Rio de Janeiro), cujos cursos de graduação contaram com um total de 3.268 alunos em 2006, ante 160 matrículas em 2001. Isto representou um crescimento de 1.942,5% no número de matrículas do Cederj neste período².

Quadro 6.5 - Relação Alunos/Professor no Ensino Superior. Estado do Rio de Janeiro - 1997/2004



Fonte: Inep/MEC

■ Privado ● Federal/municipal ▲ Estadual

¹ Principalmente federal. O ensino público municipal teve participação nula em 2000 e 2001, e desprezível nos anos restantes.

² Fonte: Fundação CIDE.

Nesta seção foram considerados os seguintes aspectos:

MORTALIDADE INFANTIL EXPECTATIVA DE VIDA

MORTALIDADE INFANTIL

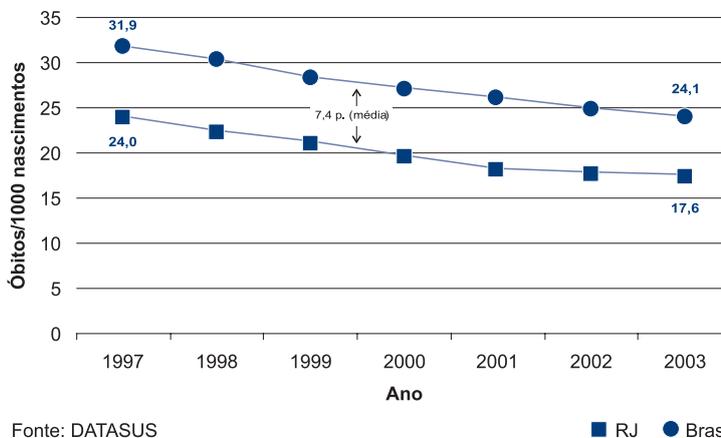
Em 1997, a mortalidade infantil¹ no Brasil foi de 31,9 óbitos por mil nascimentos, decrescendo constantemente a uma taxa média de 5,0% ao ano, até alcançar um índice de 24,1 em 2003 (Quadro 7.1). No Estado do Rio de Janeiro a tendência foi similarmente de queda constante, partindo do patamar de 24,0 óbitos por mil nascimentos em 1997 e decrescendo para 17,6 em 2003. Isto configura reduções cumulativas de 24,4% no Brasil e de 26,5% no Estado do Rio de Janeiro, o que manteve seu índice de mortalidade infantil 7,4 pontos inferiores à média nacional durante o período. Em relação aos outros Estados da Região Sudeste, o Estado do Rio de Janeiro tem taxa de mortalidade infantil inferior à de Minas Gerais e superior às do Espírito Santo e de São Paulo. Apesar disso, o Estado do Rio de Janeiro tem obtido uma boa

performance na redução deste índice. No período 1997/2003, apenas a redução verificada em São Paulo foi superior à fluminense, com 29,7% de decréscimo. Em Minas Gerais registrou-se redução de 22,4%, e, no Espírito Santo, de 15,0%.

No que se refere à cobertura da vacinação, a situação no Estado do Rio de Janeiro é equiparável àquela verificada no Brasil como um todo. Os índices de cobertura tiveram melhora expressiva em ambos no período 1997/1999, passando de 69,1%

para 84,7% no Estado do Rio de Janeiro e de 68,9% para 82,3% no Brasil, antes de decaírem novamente até 2005, reduzindo-se a 70,9% na média nacional e 72,3% no Estado do Rio de Janeiro, com variações acumuladas no período de 4,6% no Estado do Rio de Janeiro e 2,8% no Brasil. No que se refere aos leitos hospitalares do Sistema Único de Saúde (SUS), o Estado do Rio de Janeiro tem o maior número de leitos por mil habitantes nas Regiões Sul e Sudeste, situando-se em quarto lugar no ranking nacional.

Quadro 7.1 - Mortalidade Infantil. RJ e BR - 1997/2003

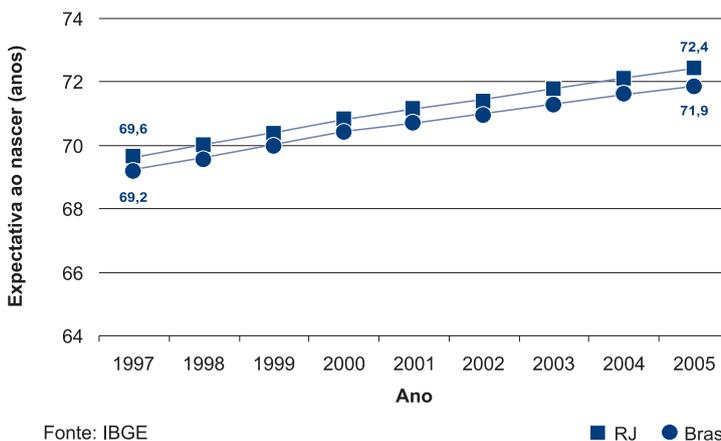


Fonte: DATASUS

EXPECTATIVA DE VIDA

Finalmente, a expectativa de vida ao nascer segue trajetória ascendente constante tanto no Estado do Rio de Janeiro como no Brasil, com o índice do Estado do Rio de Janeiro crescendo ligeiramente mais rápido (Quadro 7.2). Projeta-se que os nascidos em 1997 viverão, em média, 69,6 anos no Estado do Rio de Janeiro e 69,2 anos na média nacional. Por outro lado, os nascidos em 2005 viverão em média 71,9 anos no Brasil como um todo e 72,4 anos no Estado do Rio de Janeiro.

Quadro 7.2 - Expectativa de Vida ao Nascer. RJ e BR - 1997/2005



Fonte: IBGE

¹ Definida como a taxa de mortalidade na faixa etária até 1 ano de idade.

Para avaliar a qualidade da habitação e o acesso a serviços pelos domicílios, observou-se o comportamento das seguintes variáveis:

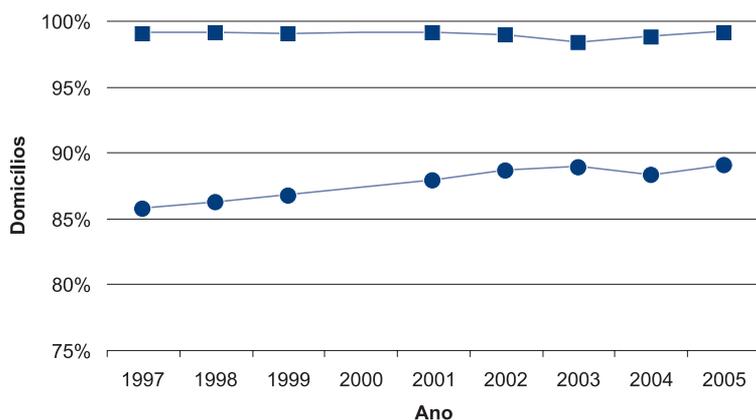
TIPO DE HABITAÇÃO
ENERGIA ELÉTRICA
TELEFONIA
ACESSO À INTERNET

TIPO DE HABITAÇÃO

Quase todos os domicílios fluminenses têm paredes predominantemente de alvenaria. O número ficou praticamente estável, de 99,1% em 1997 para 99,3% em 2005 (Quadro 8.1). Neste quesito, a média nacional não mostra tendência a se equiparar, tendo crescido de 85,9% em

1997 para 89,1% em 2005. Este indicador mostra que a qualidade das habitações no Estado do Rio de Janeiro é expressivamente superior à média nacional.

Quadro 8.1 – Domicílios com Paredes de Alvenaria. RJ e BR – 1997/2005



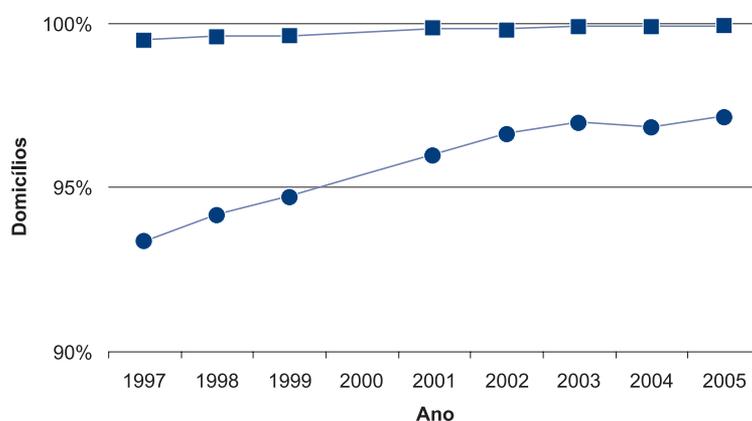
Fonte: PNAD/IBGE

■ RJ ● Brasil

ENERGIA ELÉTRICA

Os domicílios fluminenses já estão em situação bem próxima da cobertura total no fornecimento de energia elétrica desde 1997, com índices de 99,5% naquele ano e crescendo até 99,9% em 2005 (Quadro 8.2). A situação do Brasil tende a se equiparar, ou seja, de 93,3% domicílios em 1997, o índice nacional cresceu rapidamente até 2003 antes de se estabilizar, atingindo 97,2% em 2005.

Quadro 8.2 – Domicílios com Energia Elétrica. RJ e BR – 1997/2005

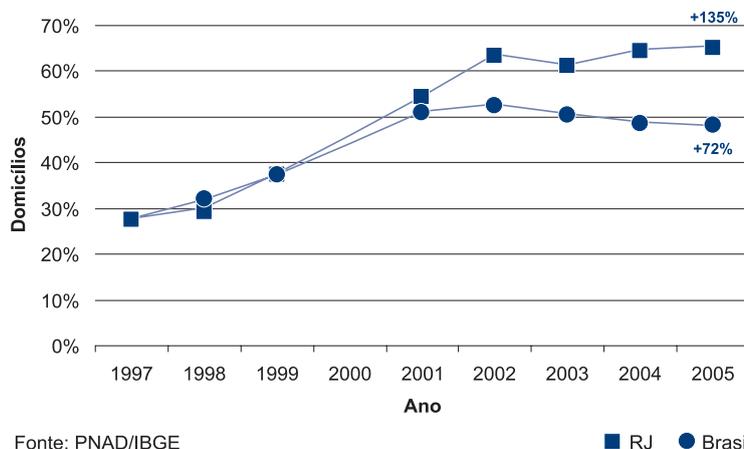


Fonte: PNAD/IBGE

■ RJ ● Brasil

Dos itens analisados nesta seção, o percentual de domicílios com telefone obteve o crescimento mais expressivo. De percentuais praticamente idênticos em 1997, ou seja, 27,9% no Estado do Rio de Janeiro contra 27,8% na média nacional, os índices se expandiram com rapidez até 2001 (Quadro 8.3). Em 2002, a expansão no Estado do Rio de Janeiro continuou, ao passo que o índice brasileiro, nesse mesmo ano, começou a dar sinais de estabilização. No período 2003/2005 houve estabilidade no Estado do Rio de Janeiro, que chegou em 2005 com 65,5% de seus domicílios com telefone, e de um leve declínio na média nacional, que teve índice de 48,1% no mesmo ano. Para o período 1997/2005, o crescimento da cobertura de telefones nos domicílios do Estado do Rio de Janeiro foi de 135%, enquanto que no Brasil foi de 72%.

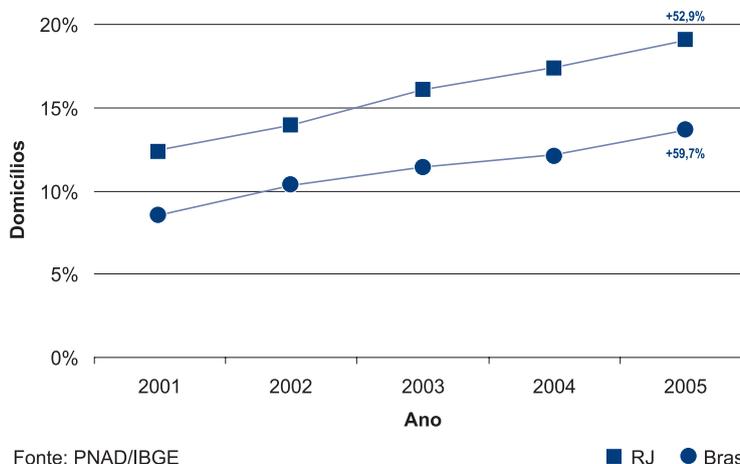
Quadro 8.3 – Domicílios com Telefone. RJ e BR – 1997/2005



ACESSO À INTERNET

A partir de 2001, a PNAD começou a coletar informações sobre a disponibilidade de acesso à Internet nos domicílios brasileiros. Também neste quesito, o Estado do Rio de Janeiro se encontra significativamente à frente da média nacional, ainda que o ritmo de expansão tenha sido similar no período considerado (Quadro 8.4). Enquanto, em 2001, 12,4% dos domicílios fluminenses e 8,5% dos brasileiros tinham computador com acesso à Internet, em 2005 estes percentuais haviam crescido para 19,0% no Estado do Rio de Janeiro e 13,6% no Brasil. Isto corresponde a uma taxa média de 11,2%^{aa} no Estado do Rio de Janeiro e 12,4%^{aa} no Brasil.¹

Quadro 8.4 – Domicílios com Acesso à Internet. RJ e BR – 2001/2005



¹ A notação "aa" significa taxa de crescimento anual.

Para avaliar a cobertura do saneamento básico nos domicílios, analisaram-se os seguintes parâmetros:

ÁGUA E ESGOTO COLETA DE LIXO

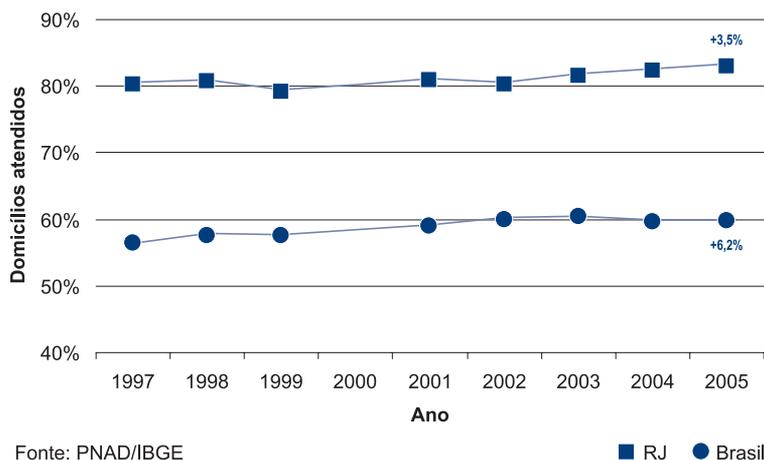
ÁGUA E ESGOTO

Dentre os indicadores referentes a saneamento básico, os índices de cobertura das redes de água e esgoto mostram-se praticamente estáveis, tanto no âmbito nacional como no estadual. No que se refere à porcentagem dos domicílios atendida pela rede de água, os índices no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil são semelhantes, aproximadamente de 87 a 89%, e não têm registrado variações significativas desde 1997. Já em relação à porcentagem dos domicílios atendida pela rede de esgoto¹, o Estado do Rio de Janeiro possui uma cobertura significativamente

maior (de 22,3 p.p. em média), mas as variações também não têm sido muito significativas (Quadro 9.1). Neste sentido, foi registrado um crescimento cumulativo na

cobertura de 3,5%, no Estado do Rio de Janeiro e de 6,2%, no Brasil, resultando, em 2005, em percentuais de 83,3%, no Estado do Rio de Janeiro, e de 59,9% no Brasil.

Quadro 9.1 – Cobertura da Rede de Esgoto (% de Domicílios Atendidos). RJ e BR – 1997/2005

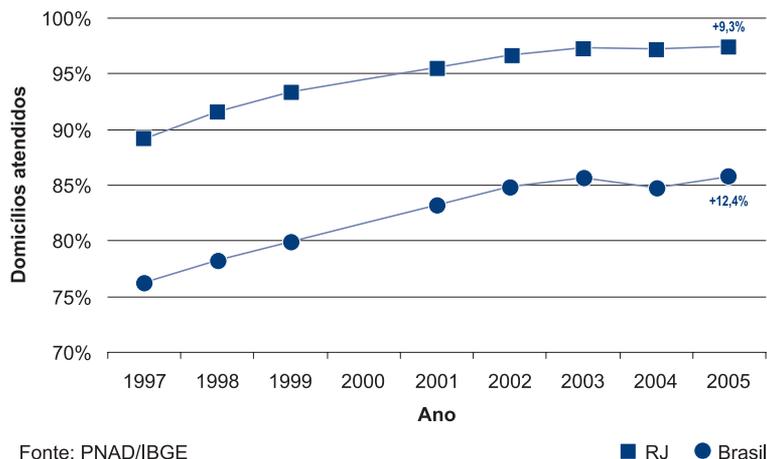


COLETA DE LIXO

A coleta de lixo no Estado do Rio de Janeiro tem se aproximado da cobertura total nos últimos nove anos (Quadro 9.2). A cobertura, em 1997, era de 89,1% e chegou a 97,4%, em 2005, com um crescimento acumulado de 9,3%. Para o Brasil como um todo, a cobertura mantém-se em média 12,5 p.p. menor do que a encontrada no Estado do Rio de Janeiro, embora o crescimento tenha sido igualmente acentuado até 2003. No caso do Brasil, a cobertura era de 76,3%, em 1997, e alcançou 85,8%, em 2005.

Deve ser mencionado que os indicadores sobre o tratamento do esgoto e do lixo são importantes para determinar as condições de saneamento. Devido ao fato de que os dados relativos a este aspecto são deficientes, estes indicadores não foram contemplados pelo trabalho.

Quadro 9.2 – Coleta de Lixo (% de Domicílios Atendidos). RJ e BR – 1997/2005



¹ Incluem-se os domicílios em duas situações: a) Domicílios ligados à rede coletora de esgoto ou pluvial; b) Fossa séptica ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial.

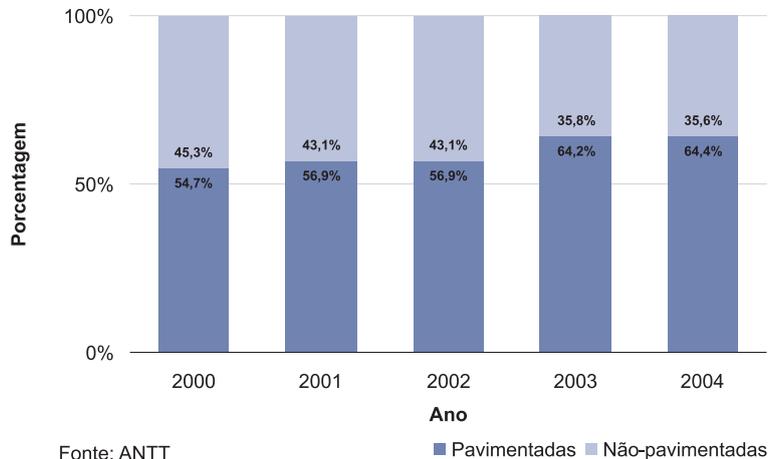
Nesta seção foram considerados os seguintes aspectos:

TRANSPORTE RODOVIÁRIO TRANSPORTE URBANO

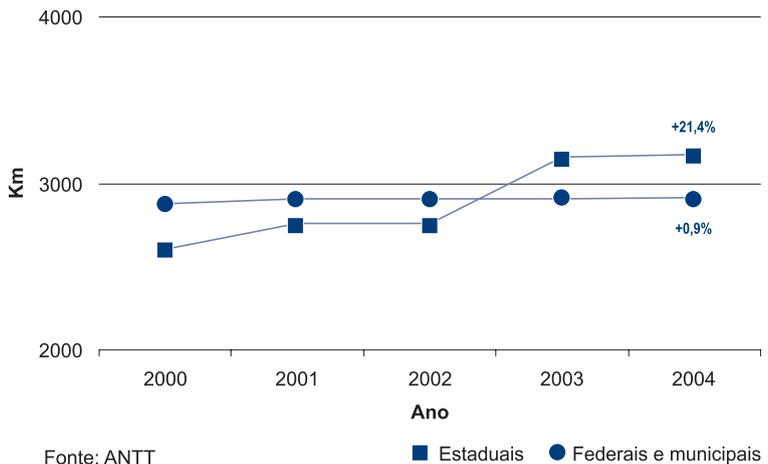
TRANSPORTE RODOVIÁRIO

Embora a extensão total da malha rodoviária fluminense tenha se mantido relativamente constante (22,2 mil km em 2000 e 22,6 mil km em 2004), tem havido um processo significativo de melhoria desta malha através da pavimentação das rodovias estaduais.¹ De fato, se em 2000 apenas 2,6 mil km dentre os 4,8 mil km de estradas estaduais (54,7%) encontravam-se pavimentados, em 2004 o Estado do Rio de Janeiro contava com 4,9 mil km de rodovias estaduais, sendo 3,2 mil km (64,4%) pavimentados (Quadros 10.1 e 10.2). Em contraste, as malhas federal e municipal mantiveram-se, praticamente, com a mesma extensão pavimentada, ou seja, 2,9 mil km de 17,5 mil km (16,5%) em 2000 e 2,9 mil km de 17,7 mil km (16,5%) em 2004. Em termos percentuais, havia, em 2004, 21,4% mais quilômetros de rodovias estaduais pavimentadas do que em 2000, e apenas 0,9% mais quilômetros de rodovias federais e municipais pavimentadas.

Quadro 10.1 – Rodovias Pavimentadas (Estaduais). Estado do Rio de Janeiro – 2000/2004



Quadro 10.2 – Rodovias Pavimentadas (Estaduais e Federais/ Municipais). Estado do Rio de Janeiro – 2000/2004



TRANSPORTE URBANO

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro é a segunda mais populosa do Brasil (11,6 milhões de habitantes em 2005), atrás apenas de São Paulo (19,4 milhões de habitantes). Sua infra-estrutura de transporte público conta com dois componentes-chave além do sistema de ôni-

bus, quais sejam, o Metrô e a SuperVia (trens urbanos). O número total de passageiros do Metrô cresceu de 86,4 milhões, em 1998, para 109,1 milhões, em 2005. Já o número total de entradas da SuperVia cresceu de 67,2 milhões, em 1999, para 97,7 milhões, em 2005. Isto corresponde

a um crescimento acumulado de 30,2% na utilização dos dois serviços durante o período 1999/2005.²

Para todas as metrópoles do país, foi determinado o percentual de habitantes que demoravam uma hora ou mais para

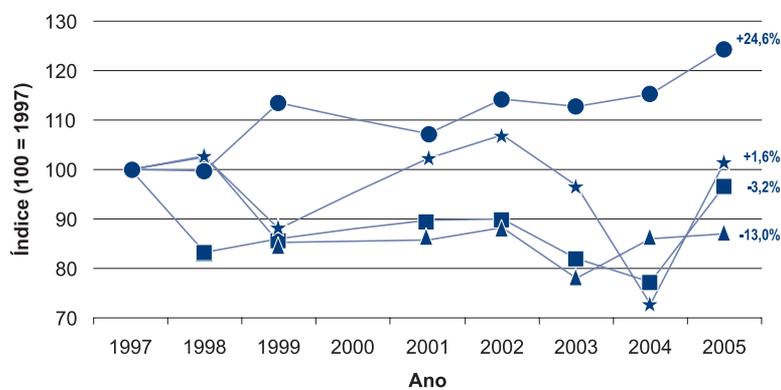
¹ Não foram considerados o recapeamento e a restauração de rodovias já pavimentadas.

² Dados fornecidos pelas concessionárias.

chegar até o local de trabalho.¹ Este número foi considerado um indicador da eficiência do sistema de transporte urbano como um todo. Para compensar a variação de patamar nesta porcentagem devida ao diferente tamanho das cidades, e às disparidades da distribuição espacial da atividade econômica, estes números foram indexados com base em 1997. Foram analisados os resultados para as quatro maiores regiões metropolitanas, quais sejam, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte (4,9 milhões de habitantes) e Porto Alegre (4,0 milhões). Em São Paulo, verificou-se alta sistemática no período 1997/2005 (Quadro 10.3). Porto Alegre teve índices inferiores aos de 1997 nos anos de 1999 e 2004, e nos demais anos se manteve próxima ou acima do valor-base. Por outro lado, o Rio de Janeiro teve boa performance, similar à de Belo Horizonte,

tendo registrado índices inferiores aos de 1997 em todos os demais anos, sendo que apenas em 2005 o índice voltou a subir expressivamente.

Quadro 10.3 – Indivíduos que levam 1 hora ou mais para chegar ao local de trabalho. Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre – 1997/2005



Fonte: PNAD/IBGE

▲ BH ■ RJ ● SP ★ PoA

¹ Variável definida e levantada pela PNAD (IBGE).

Para analisar a questão da segurança no Estado do Rio de Janeiro, foram observados os seguintes parâmetros:

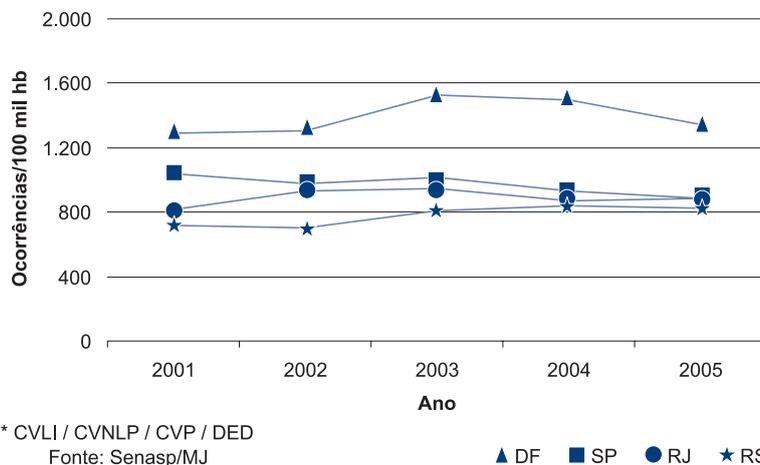
CRIMINALIDADE PERCEÇÃO DA VIOLÊNCIA

CRIMINALIDADE

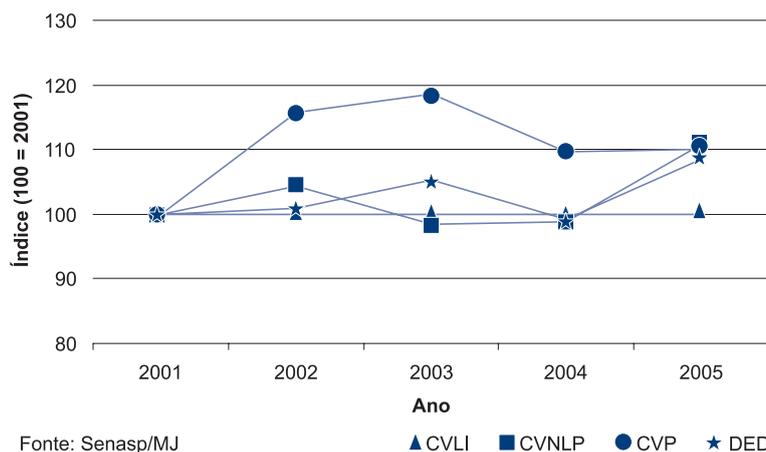
Considerou-se, inicialmente, o número total de ocorrências registradas pelas polícias civis, no período 2001/2005, dentro das categorias definidas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), ou seja, Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI), Crimes Violentos Não-Letais contra a Pessoa (CVNLP), Crimes Violentos contra o Patrimônio (CVP) e Delitos Envolvendo Drogas (DED)¹ (Quadro 11.1). De 2001 a 2005, apenas cinco unidades federativas revelaram taxas de ocorrências consistentemente superiores à média nacional, quais sejam, Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Rondônia. Nota-se que os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul obtiveram taxas bem próximas no período (respectivamente 885, 884 e 821 ocorrências por 100 mil habitantes em 2005), o que os situa numa faixa significativamente acima da média nacional, a qual tem crescido anualmente (de 525 ocorrências/100 mil hab., em 1997, para 619 ocorrências/100 mil hab., em 2005), mas, ainda assim, qualitativamente abaixo do Distrito Federal, que lidera o ranking, com 1347 ocorrências/100 mil hab., em 2005.²

Considerando-se, separadamente, as quatro categorias de crimes para o Estado do Rio de Janeiro, verifica-se que apenas os Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI)

Quadro 11.1 – Estados com Maiores Ocorrências Policiais Totais/100 mil hab*. DF, SP, RJ e RS – 2001/2005



Quadro 11.2 – Ocorrências Policiais por Tipo de Delito. Estado do Rio de Janeiro – 2001/2005.



mantiveram-se estáveis no período 2001/2005, enquanto que os demais tipos registraram aumento, todos na faixa dos 10% (Quadro 11.2). Vale notar que os crimes violentos contra o patrimônio subiram 18,6 p.p. entre 2001 e 2003, e, em 2004, foram reduzidos em 9,0 p.p..

Destacando-se as ocorrências registradas como Extorsões Mediante Seqüestro (incluídas nos dados acima como parte dos Crimes Violentos contra o Patrimônio)³, nota-se que o Estado do Rio de Janeiro tem um dos menores índices de registro do país, tendo registrado 0,07 ocorrências

¹ Há também a categoria Delitos de Trânsito (DT), que não foi computada.

² Como mencionam os relatórios da Senasp a partir dos quais estes dados foram extraídos, o total de ocorrências não representa um indicador ideal para comparações qualitativas entre Estados.

³ A modalidade conhecida como "seqüestro-relâmpago" é caracterizada separadamente pela Senasp.

por cem mil habitantes em 2005, contra uma média nacional de 0,45 ocorrências por cem mil habitantes no mesmo ano. Note-se ainda que o índice do Estado do Rio de Janeiro manteve-se

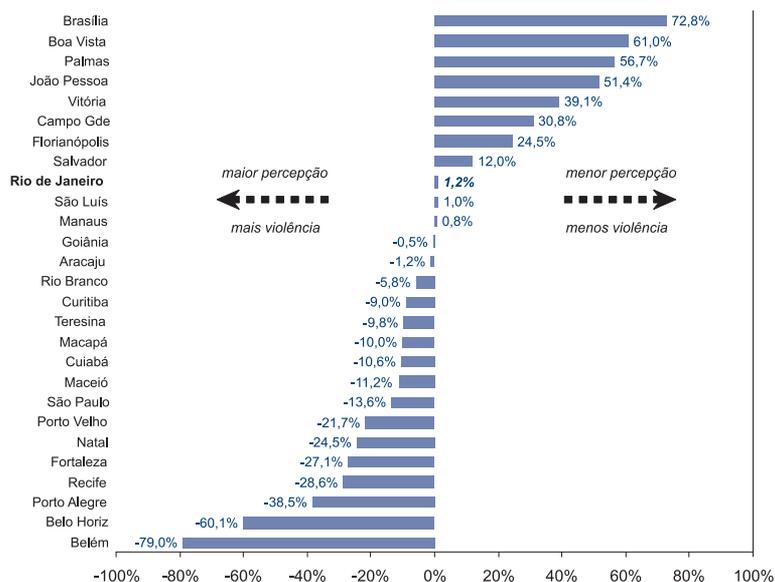
abaixo de todos os Estados da região Sudeste no período 2001/2005¹. Vale destacar também os roubos de carga, modalidade de crime que, após crescer de 22,4 ocorrências por cem mil habitan-

tes, em 1997, para 28,6 ocorrências por cem mil habitantes, em 2002, teve sua taxa reduzida drasticamente, chegando a 13,7 ocorrências por cem mil habitantes em 2005.²

PERCEPÇÃO DA VIOLÊNCIA

Foi também analisado o ICV-Violência (Índice de Condições de Vida - Violência) (Quadro 11.3). Este índice mede a percepção de violência nos domicílios e foi calculado com base nos dados levantados na Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE (POF 2002/2003)³. No caso do ICV-Violência, o próprio indivíduo (chefe do domicílio) manifesta a sua percepção quanto à violência na região onde reside. Neste caso, é o próprio indivíduo quem avalia aquilo que considera serem condições satisfatórias ou não satisfatórias com relação à sua percepção da violência. Nesse sentido, o ICV é uma medida mais direta de bem-estar, não passando por um critério anterior de imputação. O Quadro 11.3 mostra, em ordem crescente, a percepção da violência nas capitais (valores positivos indicam uma percepção da violência menor do que a média nacional e valores negativos uma percepção maior da violência).

Quadro 11.3 – Índice de Percepção da Violência nos Domicílios. Capitais – 2003



Fonte: FGV/ Dados da POF (2002/2003) - IBGE

Com relação à violência nas capitais, de uma forma geral, há uma grande discrepância sobre a percepção da violência, sendo que as capitais da Região Norte e

Nordeste apresentaram resultados sensivelmente piores do que os obtidos nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Observa-se o município do Rio de Janeiro em

nono lugar neste ranking, situação significativamente melhor do que capitais do Sul e Sudeste como Curitiba, Porto Alegre, São Paulo e Belo Horizonte.

¹ O Estado de São Paulo não forneceu estatísticas referentes ao número de extorsões mediante seqüestro ocorridas nos anos de 2004 ou 2005.

² Os dados de roubos de carga são fornecidos pelo Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (ISP).

³ Este índice foi desenvolvido a partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do IBGE para o ano de 2003, no âmbito da criação do Índice de Condições de Vida (ICV), em trabalho da FGV. Sua metodologia e resultados estão descritos em Blumenschein, Wyllie e Dias (2005).

Mudanças institucionais têm influência no processo de desenvolvimento econômico e social. No caso do Estado do Rio de Janeiro, cabe mencionar as mudanças e reformas pelas quais passou o sistema judiciário estadual no período 1997/2005.

A partir de 1999, viu-se uma progressiva melhora no funcionamento do Poder Judiciário no Estado do Rio de Janeiro. Houve aceleração significativa da tramitação de processos e expansão da oferta de serviços judiciários. Estes avanços estão correlacionados com um processo de expansão e modernização da infra-estrutura operacional do Poder Ju-

diciário do Estado do Rio de Janeiro, possibilitada pela transferência, em 1999, da arrecadação das taxas judiciárias para o Fundo Especial do Tribunal de Justiça.

No que se refere à quantidade de pendências judiciais na Justiça Estadual, observou-se, já em 2003, que a taxa de congestionamento do Estado do Rio de Janeiro, no que se refere à justiça de segundo grau, foi de 15,1%, significativamente abaixo da taxa nacional, de 57,8%.¹

Vale citar outro indicador de qualidade da infra-estrutura disponível na Justiça Estadual, qual seja, o grau de

informatização. O Estado do Rio de Janeiro tem o maior grau de informatização entre as diversas Justičas Estaduais do país, contando com 1,03 computador por usuário, contra uma média nacional de 0,6 computador por usuário.¹

Paralelamente, também foi verificada expansão significativa no número de atendimentos efetuados pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, indicador do acesso dos cidadãos fluminenses à Justiça, especialmente entre as camadas mais desfavorecidas. De 1,0 milhão de atendimentos em 1997, este número passou para 1,9 milhão, em 2002.²

¹ Fonte: STF (Supremo Tribunal Federal).

² Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Para analisar o desenvolvimento do interior do Estado do Rio de Janeiro, foram considerados os seguintes aspectos:

ECONOMIA
SOCIAL
EDUCAÇÃO
SAÚDE
HABITAÇÃO
SANEAMENTO

ECONOMIA

Em 1997, o interior fluminense¹ respondia por 35,8% do PIB do Estado do Rio de Janeiro (Quadro 13.1). A partir de 1997, foram registrados índices de crescimento elevados, com média de 12,0%^{aa} no período 1999/2005. O maior crescimento verificado neste período foi de 21,5% em 2001. Cumulativamente, o interior cresceu 108,1%, até alcançar uma participação de 58,0% no PIB estadual em 2005. Ao mesmo tempo, a capital perdeu participação, numa redução total de 15,7% de seu PIB.

Da mesma forma, a população do interior, a qual cresceu a uma taxa média de 1,8%^{aa} neste período, teve sua renda domiciliar per capita valorizada em 25,2% no período (de R\$ 493,90 para R\$ 550,90), tendo inclusive ultrapassado a média nacional (Quadro 13.2). Por outro lado, a população da Região Metropolitana cresceu, em média, 1,2%^{aa} e viu sua renda domiciliar diminuir em 4,8% em termos reais (de R\$ 793,40 para R\$ 755,60).

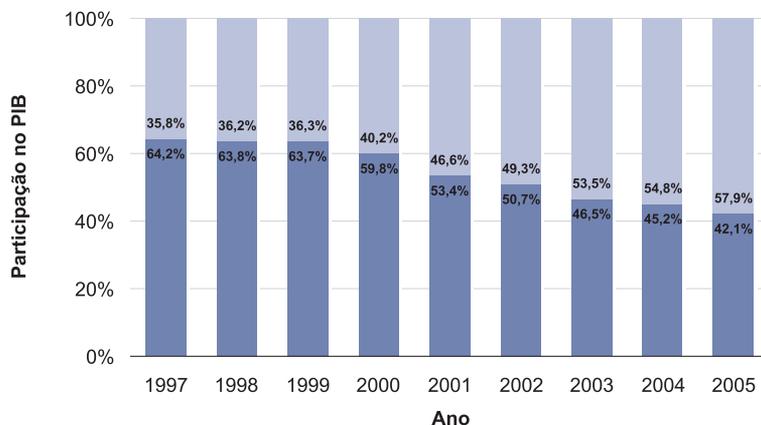
SOCIAL

Os índices de pobreza no interior foram significativamente menores do que na Região Metropolitana durante o período 1997/2005. Em 1997, o percentual de

pobres era de 23,5% na Região Metropolitana e de 17,8% no interior (Quadro 13.3). Nos anos que se seguiram, foi observada uma leve tendência de alta na Re-

gião Metropolitana e declínio significativo no interior (com a exceção do pico de 2003). Em 2005, os índices de pobreza eram de 24,4% na Região Metropolitana

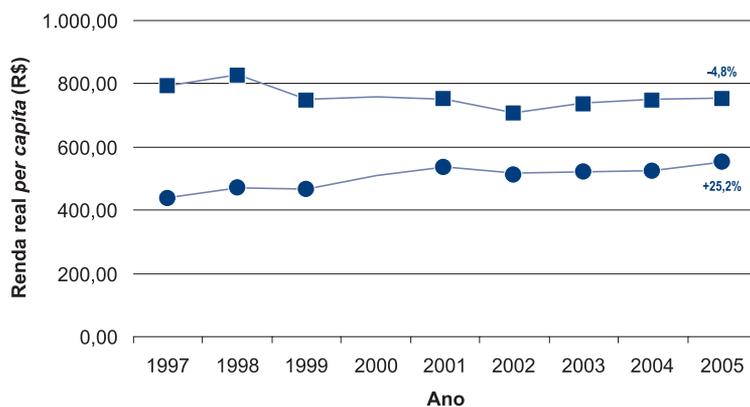
Quadro 13.1 – Participação da Capital e Interior no PIB Estadual. Estado do Rio de Janeiro – 1997/2005



Fonte: CIDE

■ Capital ■ Interior

Quadro 13.2 – Renda Real Domiciliar. Média por Residente. Estado do Rio de Janeiro – 1997/2005



Fonte: PNAD/IBGE

■ R.M. ● Interior

¹ Definido aqui, excepcionalmente, como a totalidade dos municípios, excluindo-se apenas a capital. No restante dos indicadores considerados nesta seção, o interior é definido como os municípios não pertencentes à Região Metropolitana (composta pelos municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá).

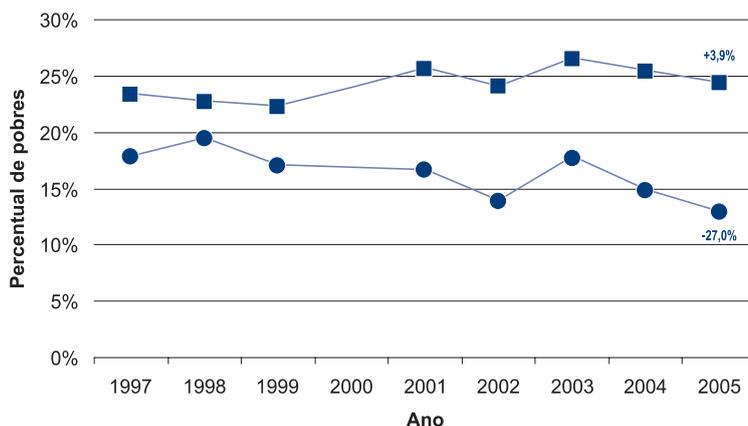
e 13,0% no interior, representando, respectivamente, aumento de 3,9% e declínio de 27,0%. Assim, a pobreza na região metropolitana, que em 1998 era apenas 3,3 p.p. maior que no interior, em 2005 se encontrava 11,4 p.p. mais elevada.

O comportamento dos indicadores de indigência é similar ao dos indicadores de pobreza. Em particular, a tendência de queda a partir de 2003 é significativamente mais pronunciada (Quadro 13.4). Em 1997 o percentual de indigentes era de 3,3% na população metropolitana, contra 2,3% no interior. Nos anos de 1999 a 2003, a indigência na Região Metropolitana se elevou para 4,5%, enquanto que as oscilações no interior se mantiveram dentro da faixa dos 2 a 3%, com percentual de 2,7% em 2003. Finalmente, no biênio 2004-2005 a indigência caiu para 3,0% na região metropolitana e 1,7% no interior, quedas percentuais, respectivamente, de 33,5% e 37,1% em dois anos. A redução cumulativa na indigência, no período 1997/2005, foi de 9,3% na Região Metropolitana e de 27,8% no interior fluminense.

EDUCAÇÃO

O analfabetismo no interior fluminense, em 1997, se encontrava no patamar de 10,7% (Quadro 13.5). Este valor era 5,5 p.p. maior do que o da Região Metropolitana, que naquele ano registrava uma taxa de analfabetismo de 5,2%. Nos sete anos seguintes, registrou-se uma tendência de queda significativa na taxa de analfabetismo do interior, com redução acumulada de 37,5%. Esta queda acabou por aproximar as taxas de analfabetismo do interior às encontradas na Região Metropolitana, sendo que, em 2004, o percentual de analfabetos no interior era de 6,7%, apenas 2,5 p.p. maior que os 4,2% da Região Metropolitana. É importante mencionar que esta queda mais acentuada do analfabetismo é ainda mais significativa tendo em vista a taxa de crescimento da população mais elevada no interior (1,8%^{aa}) do que na capital (1,4%^{aa}).

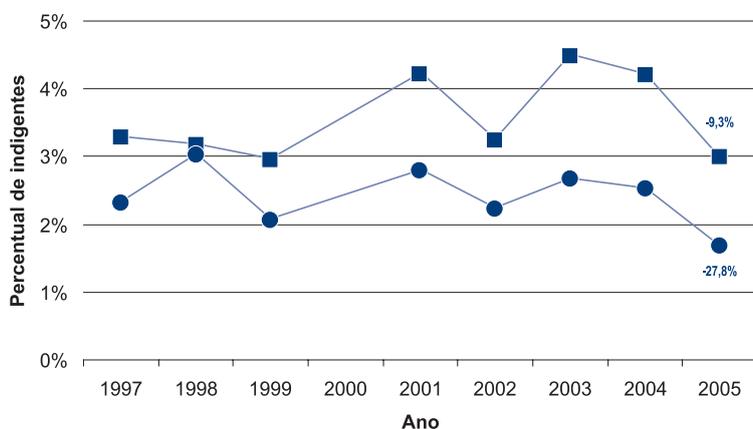
**Quadro 13.3 – Pobreza (% da População).
Estado do Rio de Janeiro – 1997/2005**



Fonte: PNAD/IBGE

■ R.M. ● Interior

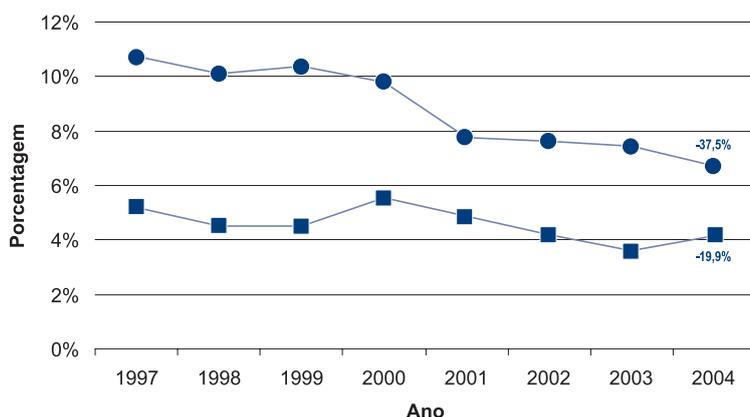
**Quadro 13.4 – Indigência (% da População).
Estado do Rio de Janeiro – 1997/2005**



Fonte: PNAD/IBGE

■ R.M. ● Interior

**Quadro 13.5 – Taxa de Analfabetismo.
Estado do Rio de Janeiro – 1997/2004**



Fonte: DATASUS/dados da PNAD

■ R.M. ● Interior

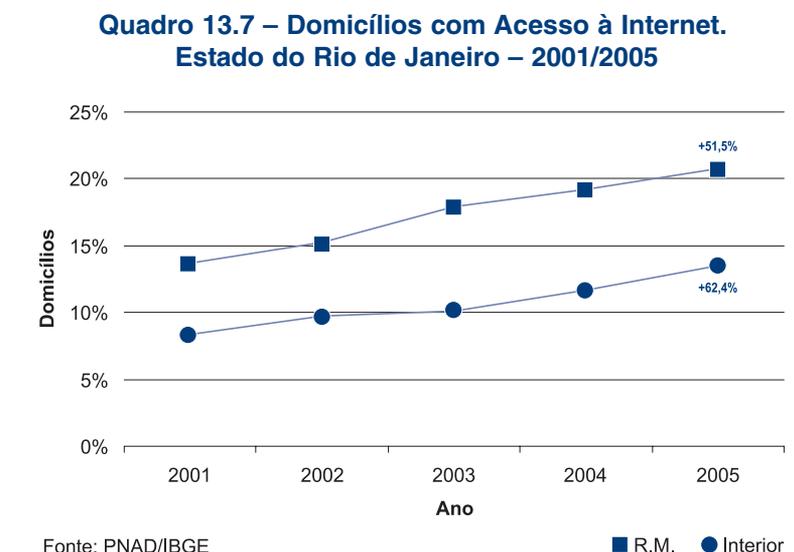
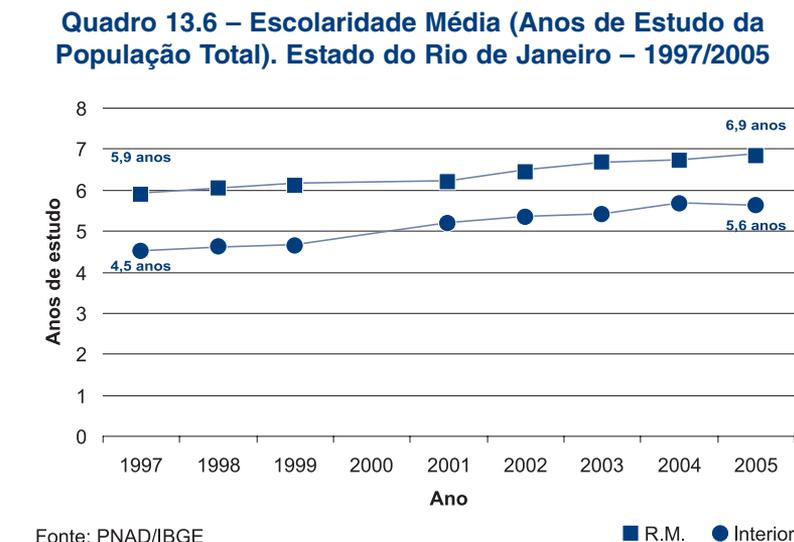
A escolaridade média no interior fluminense evoluiu de maneira praticamente idêntica à média brasileira, ou seja, de 4,5 anos de estudo em 1997, o índice cresceu para 5,6 anos, em 2005 (Quadro 13.6). A Região Metropolitana cresceu um pouco mais lentamente no mesmo período, mas manteve o diferencial de cerca de 1,4 anos.

SAÚDE

Os indicadores de saúde no interior são marcadamente melhores do que na Região Metropolitana durante todo o período, com trajetórias evolutivas similares. O interior manteve, em média, 730 leitos por milhão de habitantes a mais do que a Região Metropolitana, e sua mortalidade média por doenças transmissíveis foi 16,0% menor do que a verificada na metrópole. Destaca-se também a cobertura da vacinação, na qual o interior fluminense teve desempenho marcadamente superior ao da Região Metropolitana, e também ao da média nacional. De fato, a cobertura na metrópole foi de 67,7%, em 1997, e atingiu o seu máximo de 84,9%, em 1999, sofrendo depois acentuado declínio até a faixa dos 70 a 74%, chegando a 2005 com 71,4%. Já no interior, o primeiro aclave foi similar, de 73,1%, em 1997 para 84,1% em 1999, mas a queda posterior foi menor, resultando em cobertura de 74,8% em 2005.

HABITAÇÃO

No quesito habitação, a proporção de casas construídas com paredes de alvenaria é praticamente idêntica no interior e na região metropolitana, situando-se sempre próxima aos 99%. Os demais indicadores mostram avanço marcado do interior no período 1997/2005, direcionando-se a uma equiparação total com a Região Metropolitana. Destaca-se a fração de domicílios com energia elétrica, praticamente constante em 99,9% na

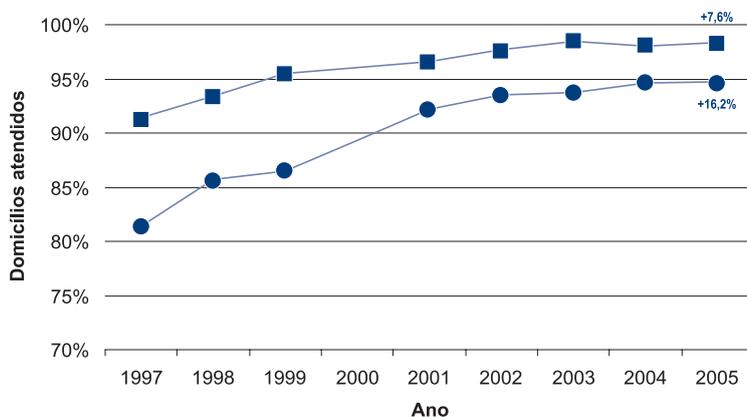


metrópole. No interior foi de 98,0% em 1997 e atingiu 99,8%, em 2005, o que significa uma cobertura quase total. A expansão da telefonia foi similar, com crescimento, entre 1997 e 2005, de 181,0% no número de domicílios com telefone no interior (de 18,3% para 51,4%), contra 128,0% na Região Metropolitana (de

30,6% para 70,0%). Também a expansão do acesso à Internet tem sido veloz, com os domicílios conectados no interior se elevando de 8,3% para 13,5% no período 2001/2005 (expansão de 62,4%), enquanto que na Região Metropolitana os percentuais foram de 13,7% para 20,7% (expansão de 51,5%) (Quadro 13.7).

Dentre os indicadores de saneamento, dois apresentam-se estáveis, quais sejam, a cobertura das redes de água e de esgoto. Com relação aos domicílios abastecidos por água da rede, de 1997 a 2005, a Região Metropolitana permaneceu na faixa dos 92,0 a 93,0%, e o interior oscilou entre 72,0% e 77,0%. Quanto à porcentagem de domicílios atendidos pela rede de esgoto, houve leve alta em ambas as regiões. Na Região Metropolitana o atendimento da rede de esgoto se elevou de 85,4% em 1997 para 88,9% em 2005, e, no interior, de 63,4% para 65,7%. Já no que se refere à coleta de lixo, houve melhoria sistemática, com a porcentagem de domicílios atendidos na Região Metropolitana se elevando de 91,4% em 1997 para 98,3% em 2005 e, no interior, de 81,5% para 94,7% (Quadro 13.8).

**Quadro 13.8 – Coleta de Lixo (% de Domicílios Atendidos).
Estado do Rio de Janeiro – 1997/2005**



Fonte: PNAD/IBGE

■ R.M. ● Interior

Os indicadores de desenvolvimento econômico e social para o Estado do Rio de Janeiro no período 1997/2006 apresentados neste trabalho permitem algumas considerações que podem balizar o debate sobre políticas públicas em nível regional, e mesmo nacional. Os indicadores de renda domiciliar mostraram que a renda média no Estado do Rio de Janeiro se manteve em um patamar relativamente estável e, em média, 35,0% superior à renda domiciliar nacional ao longo do período 1997/2006. Além disso, os níveis de desemprego observados no Rio de Janeiro foram, consistentemente, inferiores em cerca de 2,4 p.p. ao longo de todo o período. Apesar das reconhecidas diferenças regionais de poder de compra entre as regiões brasileiras, estes dados não permitem afirmar que houve uma queda relativa da massa salarial domiciliar da população fluminense em relação ao resto do Brasil. Os dados do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) colocam o Estado do Rio de Janeiro, a partir de 2002, como o segundo maior PIB per capita, atrás apenas do Distrito Federal.

O desempenho do setor industrial no Estado do Rio de Janeiro, nesta última década, superou o desempenho médio da indústria, no restante do Brasil. O valor da transformação industrial do Estado do Rio de Janeiro cresceu cerca de duas vezes mais do que a média nacional no período 1997/2005. Este desempenho industrial foi influenciado positivamente pelo crescimento dos setores naval, siderúrgico, automobilístico e petroquímico. Neste mesmo período, as exportações estaduais cresceram a uma taxa média duas vezes maior do que a das exportações brasileiras. Este desempenho das exportações foi devido não somente ao crescimento das exporta-

ções de petróleo bruto, mas também, e de forma mais vigorosa, dos demais produtos, em sua grande maioria bens industrializados.

Na área social, as taxas de pobreza e, especialmente, de indigência encontradas no Estado do Rio de Janeiro, mostraram-se consistentemente inferiores às médias nacionais e com tendência de queda. Apesar da diminuição destas diferenças nos anos de 2004 e 2005, os ciclos de comportamento das taxas de pobreza e de indigência no Estado do Rio de Janeiro acompanharam aqueles observados no Brasil.

Os indicadores de segurança apresentados revelam resultados contraditórios. Enquanto os dados de números de ocorrências criminais indicam o Estado do Rio de Janeiro como um dos quatro mais violentos do país, a percepção da violência auferida pelos dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE configura a cidade do Rio de Janeiro entre as dez menos violentas capitais do Brasil.

Os indicadores na área de educação analisados durante o período 1997/2005, quais sejam, analfabetismo, escolaridade média da população, número de professores, entre outros, apontam para uma performance relativamente superior do Estado do Rio de Janeiro em relação ao Brasil. Em 2005, a escolaridade média do Estado do Rio de Janeiro foi a segunda maior do país, ficando aquém apenas do Distrito Federal.

Para a saúde, cabe destacar a expectativa de vida superior do fluminense em relação ao restante do país, assim como os índices de mortalidade infantil, consistentemente inferiores à média nacional durante todos os anos analisados.

A qualidade da habitação no que concerne ao tipo de construção também tem evoluído no Estado do Rio de Janeiro acima da média nacional. A cobertura para o acesso a energia elétrica, água tratada, telefone, coleta de esgoto, coleta de lixo e mesmo à Internet tem sido mais rápida no Estado do Rio de Janeiro do que no Brasil como um todo. Tem havido também uma evolução favorável dos modais de transporte urbano de qualidade na região metropolitana do Rio de Janeiro, especialmente os trens e o Metrô. Isto tem sido acompanhado de uma redução no tempo gasto da residência ao trabalho, fato que não foi verificado nas principais metrópoles brasileiras, à exceção de Belo Horizonte.

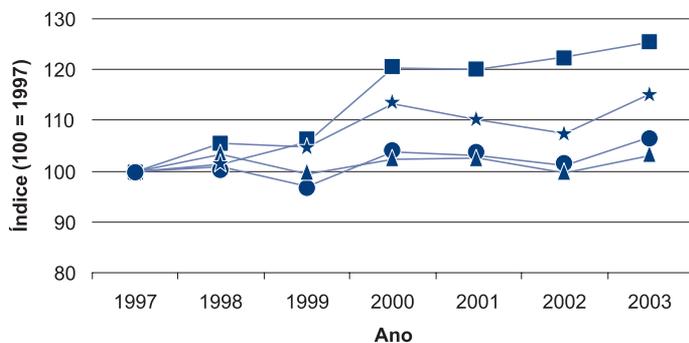
Devem ser destacadas, também, as mudanças institucionais, como importantes para o desenvolvimento econômico e social. Neste sentido, as melhorias institucionais que ocorreram no Judiciário tiveram impactos positivos sobre a performance da Justiça Estadual e do acesso aos serviços de defensoria pública pela população, notadamente aquelas camadas da população que possuem renda insuficiente para cobrir as custas judiciais.

Os indicadores de desenvolvimento econômico e social para o interior do Estado do Rio de Janeiro mostraram que ocorreram avanços consideráveis, especialmente no crescimento da renda domiciliar e na participação no PIB do Estado como um todo. Ocorreram melhorias relativas consideravelmente mais expressivas no interior, vis-à-vis a região metropolitana, nos índices de pobreza e de indigência, além de quedas bem mais acentuadas no analfabetismo. Neste sentido, indicadores sócio-econômicos para o interior do estado apontam para um processo vigoroso de interiorização do desenvolvimento no período 1997/2005.

REFERÊNCIAS

- ANP** - Agência Nacional de Petróleo. (<http://www.anp.gov.br>).
- ANTT** - Agência Nacional de Transportes Terrestres. (<http://www.transportes.gov.br/bit/antt>).
- Blumenschein, F, Wyllie, R. e Dias, F. (2005)**. "Índice de Condições de Vida (ICV) nas Regiões Metropolitanas e nas Capitais dos Estados no Brasil". Fundação Getúlio Vargas. Mimeo. Rio de Janeiro.
- DER-RJ** - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Rio de Janeiro. (<http://www.der.rj.gov.br>).
- EPE** - Empresa de Pesquisa Energética. (<http://www.epe.gov.br>).
- FGV** - Fundação Getúlio Vargas. Núcleo de Estudos Avançados em Turismo e Hotelaria. Rio de Janeiro (<http://www.ebape.fgv.br>).
- Fundação CIDE** - Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro. Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro - 2005. Rio de Janeiro.
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Industrial Anual (PIA). (<http://www.ibge.gov.br>).
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Mensal de Emprego (PME). (<http://www.ibge.gov.br>).
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) - 2002/2003. Microdados. Rio de Janeiro.
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Microdados - anos do período (1997-1999, 2001-2005). Rio de Janeiro.
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produção Agrícola Municipal (PAM). (<http://www.ibge.gov.br>).
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produção da Extração Vegetal e Silvicultura (PEVS). (<http://www.ibge.gov.br>).
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema IBGE de Recuperação Automática de Dados (SIDRA) (<http://www.sidra.ibge.gov.br>).
- Ipea** - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (<http://www.ipea.gov.br>).
- MDIC** - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Secretaria de Comércio Exterior. (<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/sececx>).
- MEC** - Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (<http://www.inep.gov.br>).
- MJ** - Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Sistema Nacional de Estatística de Segurança Pública e Justiça Criminal. Mapa de Ocorrências no Brasil, 2001-2005. (<http://www.mj.gov.br/senasp>).
- MS** - Ministério da Saúde. Sistema Único de Saúde. DATASUS. Indicadores e Dados Básicos do Brasil (IDB-2005). (<http://www.datasus.gov.br>).
- STF** - Supremo Tribunal Federal. Seminário "A Justiça em Números". (<http://www.stf.gov.br/seminario>).
- Rocha, Sonia (1997)**. "Do Consumo Observado à Linha de Pobreza", Pesquisa e Planejamento Econômico, 27(2), agosto, p. 313-352.
- Sen, Amartya (1999)**. Development as Freedom, Ed. Alfred A. Knopf.

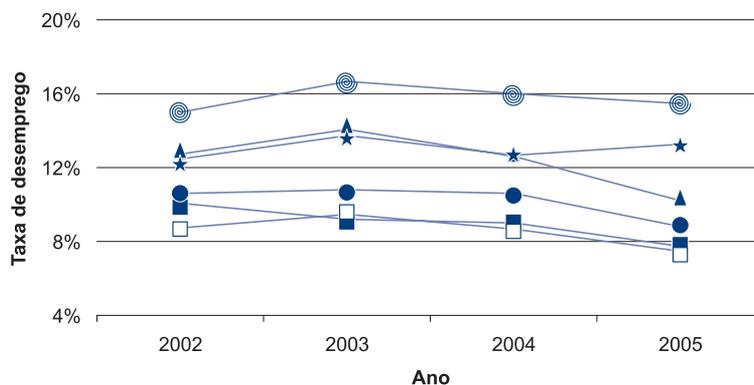
Quadro A.1 - Produto Interno Bruto Real. Região Sudeste - 1997/2003



Fonte: Ipea

■ RJ ▲ SP ● MG ★ ES

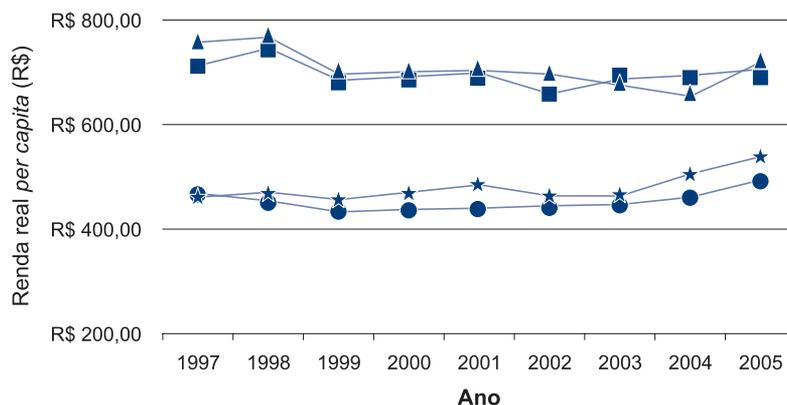
Quadro A.2 - Taxa de Desemprego. Regiões Metropolitanas - 2002/2005



Fonte: PME/IBGE

■ RJ ▲ SP ● MG ★ PE ⊙ BA □ RS

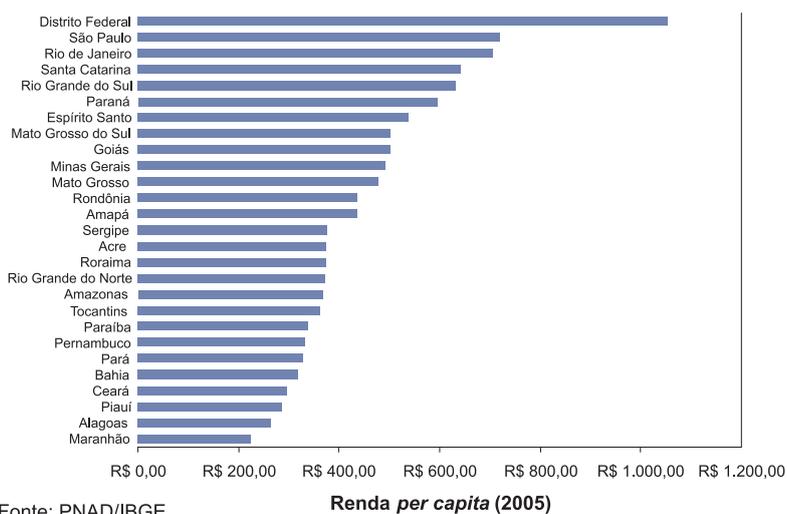
Quadro A.3 - Renda Mensal Real Domiciliar. Média por Residente. Região Sudeste - 1997/2005



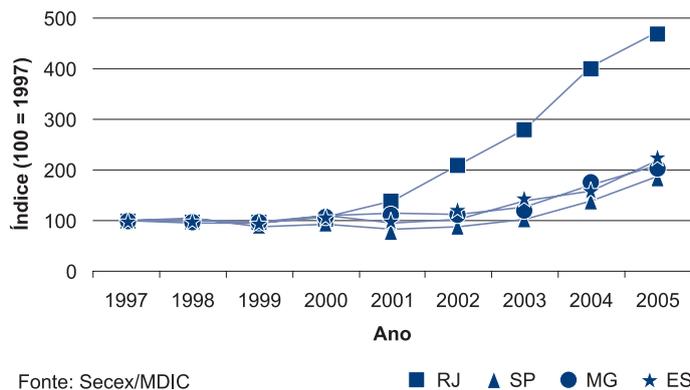
Fonte: PNAD/IBGE

■ RJ ▲ SP ● MG ★ ES

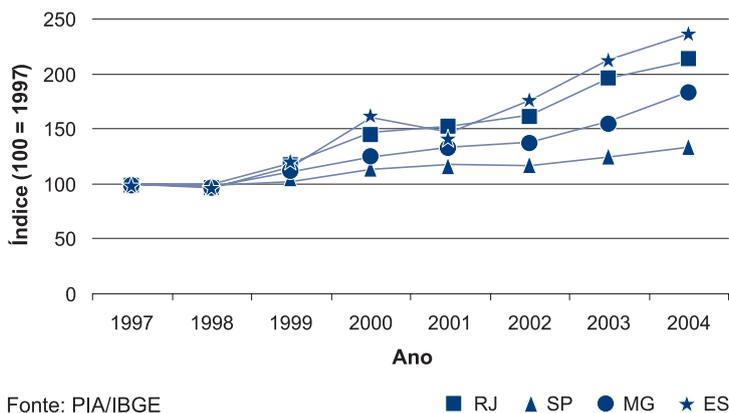
Quadro A.4 - Renda Mensal Real Domiciliar. Média por Residente. Brasil - 2005



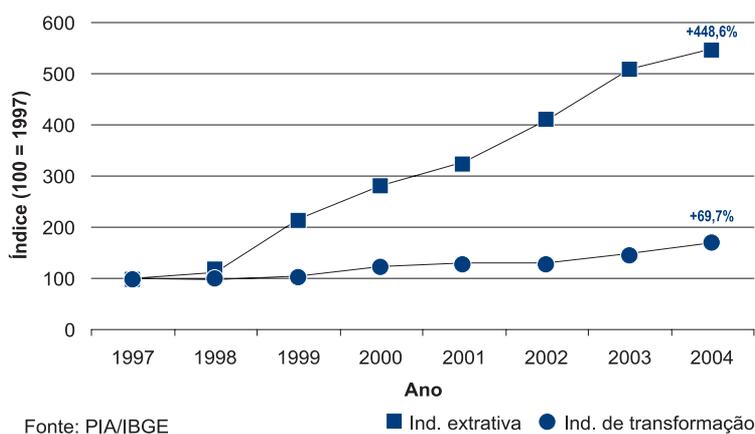
Quadro A.5 - Exportações. Região Sudeste - 1997/2005



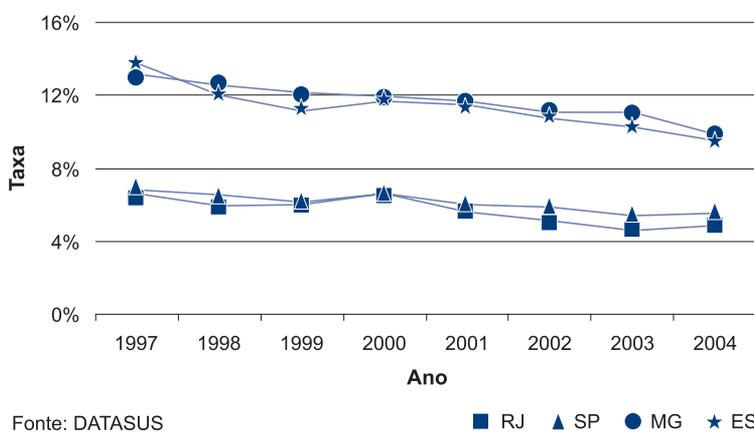
Quadro A.6 - Valor da Transformação Industrial Total. Região Sudeste - 1997/2005



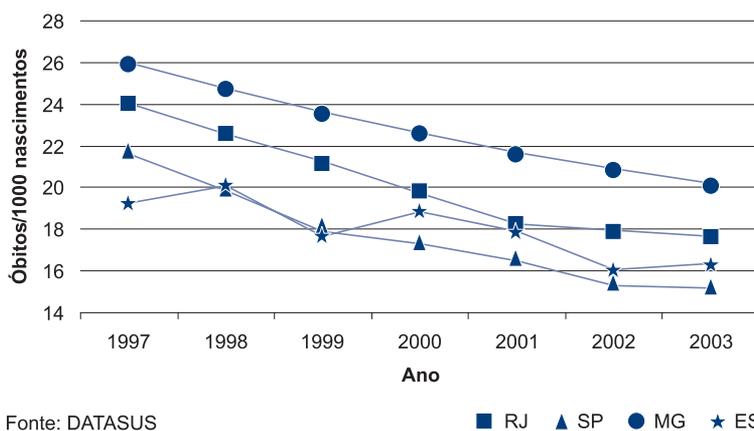
Quadro A.7 - Valor Bruto da Produção Industrial. Estado do Rio de Janeiro - 1997/2004



Quadro A.8 - Taxa de Analfabetismo. Região Sudeste - 1997/2004



Quadro A.9 - Mortalidade Infantil. Região Sudeste - 1997/2003



ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 2.1	PIB real <i>per capita</i> . RJ e BR - 1997/2003	08
Quadro 2.2	Renda Mensal Real Domiciliar. Média por Residente. RJ e BR - 1997/2005	08
Quadro 2.3	Taxa de Desemprego (%). RJ e BR - 1997/2005	09
Quadro 2.4	Exportações Totais. RJ e BR - 1997/2005	09
Quadro 2.5	Exportações do Estado do Rio de Janeiro. Petróleo Bruto e Demais Produtos - 1997/2005	09
Quadro 2.6	Turistas e Participação no Total Nacional. Cidade do Rio de Janeiro - 1990/2005	10
Quadro 3.1	Valor da Transformação Industrial Total. RJ e BR - 1997/2004	11
Quadro 3.2	Valor Bruto da Produção Industrial Total. RJ e BR - 1997/2004	11
Quadro 3.3	Valor da Transformação Industrial. Estado do Rio de Janeiro - 1997/2004	12
Quadro 3.4	Indústria Naval do Estado do Rio de Janeiro. Emprego e Valor da Produção. 1998/2004	12
Quadro 3.5	Indústria Petrolífera no Estado do Rio de Janeiro. Produção Física e Participação do RJ na Produção Nacional. 1997/2005	12
Quadro 3.6	Indústria Automobilística. Índice de Produção Física. RJ e BR - 1997/2005	13
Quadro 4.1	Valor da Produção Agrícola. RJ e BR - 1997/2004	14
Quadro 5.1	Pobreza (% da População). RJ e BR - 1997/2005	15
Quadro 5.2	Indigência (% da População). RJ e BR - 1997/2005	15
Quadro 6.1	Taxa de Analfabetismo. RJ e BR - 1997/2004	16
Quadro 6.2	Escolaridade Média (Anos de Estudo da População Total). RJ e BR - 1997/2005	16
Quadro 6.3	Número de Professores do Ensino Básico. RJ, BR e Rede Pública Estadual do RJ - 1997/2005	17
Quadro 6.4	Número de Matrículas no Ensino Médio. Estado do Rio de Janeiro - 1997/2005	17
Quadro 6.5	Relação Alunos/Professor no Ensino Superior. Estado do Rio de Janeiro - 1997/2004	18
Quadro 7.1	Mortalidade Infantil. RJ e BR - 1997/2003	19
Quadro 7.2	Expectativa de Vida ao Nascer. RJ e BR - 1997/2005	19
Quadro 8.1	Domicílios com Paredes de Alvenaria. RJ e BR - 1997/2005	20
Quadro 8.2	Domicílios com Energia Elétrica. RJ e BR - 1997/2005	20
Quadro 8.3	Domicílios com Telefone. RJ e BR - 1997/2005	21
Quadro 8.4	Domicílios com Acesso à Internet. RJ e BR - 2001/2005	21
Quadro 9.1	Cobertura da Rede de Esgoto (% de Domicílios Atendidos). RJ e BR - 1997/2005	22
Quadro 9.2	Coleta de Lixo (% de Domicílios Atendidos). RJ e BR - 1997/2005	22
Quadro 10.1	Rodovias Pavimentadas (Estaduais). Estado do Rio de Janeiro - 2000/2004	23
Quadro 10.2	Rodovias Pavimentadas (Estaduais e Federais/Municipais). Estado do Rio de Janeiro - 2000/2004	23
Quadro 10.3	Indivíduos que levam 1 hora ou mais para chegar ao local de trabalho. Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre - 1997/2005	24
Quadro 11.1	Estados com Maiores Ocorrências Policiais Totais/100 mil hab*. DF, SP, RJ e RS - 2001/2005	25
Quadro 11.2	Ocorrências Policiais por Tipo de Delito. Estado do Rio de Janeiro - 2001/2005	25
Quadro 11.3	Índice de Percepção da Violência nos Domicílios. Capitais - 2003	26
Quadro 13.1	Participação da Capital e Interior no PIB Estadual. Estado do Rio de Janeiro - 1997/2005	28
Quadro 13.2	Renda Real Domiciliar. Média por Residente. Estado do Rio de Janeiro - 1997/2005	28
Quadro 13.3	Pobreza (% da População). Estado do Rio de Janeiro - 1997/2005	29
Quadro 13.4	Indigência (% da População). Estado do Rio de Janeiro - 1997/2005	29
Quadro 13.5	Taxa de Analfabetismo. Estado do Rio de Janeiro - 1997/2004	29
Quadro 13.6	Escolaridade Média (Anos de Estudo da População Total). Estado do Rio de Janeiro - 1997/2005	30
Quadro 13.7	Domicílios com Acesso à Internet. Estado do Rio de Janeiro - 2001/2005	30
Quadro 13.8	Coleta de Lixo (% de Domicílios Atendidos). Estado do Rio de Janeiro - 1997/2005	31
Quadro A.1	Produto Interno Bruto Real. Região Sudeste - 1997/2003	34
Quadro A.2	Taxa de Desemprego. Regiões Metropolitanas - 2002/2005	34
Quadro A.3	Renda Mensal Real Domiciliar. Média por Residente. Região Sudeste - 1997/2005	34
Quadro A.4	Renda Mensal Real Domiciliar. Média por Residente. Brasil - 2005	35
Quadro A.5	Exportações. Região Sudeste - 1997/2005	35
Quadro A.6	Valor da Transformação Industrial Total. Região Sudeste - 1997/2005	35
Quadro A.7	Valor Bruto da Produção Industrial. Estado do Rio de Janeiro - 1997/2004	36
Quadro A.8	Taxa de Analfabetismo. Região Sudeste - 1997/2004	36
Quadro A.9	Mortalidade Infantil. Região Sudeste - 1997/2003	36

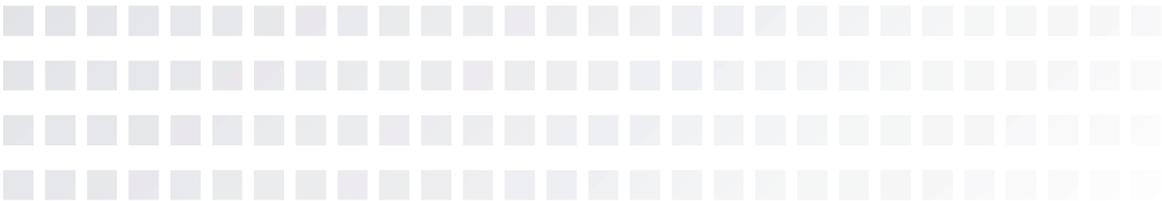
FGV

HÁ MAIS DE 60 ANOS FAZENDO PARTE DA HISTÓRIA DO BRASIL

A FGV participa ativamente da história do Brasil, formando profissionais, incentivando projetos, e criando bases para o desenvolvimento do nosso país, através de sua estrutura:

- Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
- Escola de Administração de Empresas de São Paulo
- Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas
- Escola de Direito do Rio de Janeiro
- Escola de Direito de São Paulo
- Escola de Economia de São Paulo
- Escola de Pós-Graduação em Economia
- Editora FGV
- FGV Projetos
- Instituto Brasileiro de Economia
- Instituto de Desenvolvimento Educacional





FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

FGV PROJETOS

PRAIA DE BOTAFOGO, 190 | 6º ANDAR | BOTAFOGO | RIO DE JANEIRO | RJ
TEL.: (21) 2559-5729

AVENIDA PAULISTA, 548 | 8º ANDAR | BELA VISTA | SÃO PAULO | SP
TEL.: (11) 3281-3328

E-MAIL: FGVPROJETOS@FGV.BR | WWW.FGV.BR/FGVPROJETOS

